

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

HENRIQUE PEREIRA BRAGA

**Riqueza e Progresso: uma introdução ao estudo dos limites
da sociedade capitalista**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS.**

PROF. DR. PLÍNIO SOARES ARRUDA SAMPAIO JÚNIOR – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR HENRIQUE PEREIRA
BRAGA E ORIENTADA PELO PROF. DR. PLÍNIO SOARES
ARRUDA SAMPAIO JÚNIOR.**



CAMPINAS, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

B73r Braga, Henrique Pereira, 1986-
Riqueza e progresso: uma introdução ao estudo dos limites da
sociedade capitalista / Henrique Pereira Braga. – Campinas, SP:
[s.n.], 2011.

Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1. Riqueza. 2. Capitalismo. I. Sampaio Júnior, Plínio Soares
de Arruda, 1957- . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Economia. III. Título.

11-060-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Wealth and progress: an introduction to study of the limits of the capitalist society

Palavras-chave em inglês:

Wealth

Capitalism

Área de Concentração: Ciências Econômicas

Titulação: Mestre em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior

Mário Duayer de Souza

Eduardo Barros Mariutti

Data da defesa: 06-12-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Dissertação de Mestrado

Aluno: HENRIQUE PEREIRA BRAGA

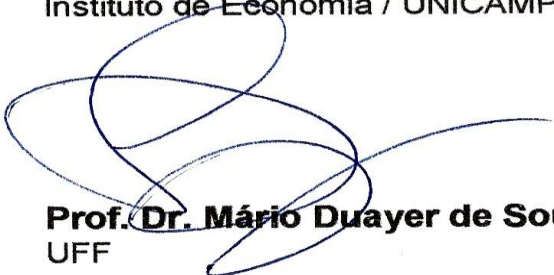
**RIQUEZA E PROGRESSO: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS
LIMITES DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Defendida em 06/12/2011

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Plínio Soares Arruda Sampaio Júnior
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. Mário Duayer de Souza
UFF



Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Instituto de Economia/UNICAMP

Às minhas avós, Julita e Nilza.

Agradecimentos

Diversas pessoas acompanharam o processo, intenso e turbulento, que foi o mestrado. Muito aprendi nestes quase três anos de trabalho, em grande medida, por causa da boa companhia desfrutada. Amizades foram feitas, experiências trocadas e descobertas realizadas. Seria muito difícil nomear todas as pessoas que participaram desta etapa da minha vida, mas existem algumas que, não somente participaram desta, mas participam da minha vida – em especial, minha formação – desde muito tempo. A essas, não poderia deixar de agradecer nominalmente.

Em primeiro lugar, agradeço a minha família pelo apoio e pela ajuda. Meu pai, Onivaldo, e minha mãe, Stella, sempre com a tranquilidade, o carinho e as palavras necessárias à transposição das dificuldades, depositaram sua confiança e não mediram esforços para que eu concluísse o curso. Minha irmã, Thalita, com seu carinho e sua confiança, dava-me ânimo para a continuidade do trabalho.

Ao meu orientador Plínio Jr, cuja paciência, rigor teórico e boa vontade, foram fundamentais, não somente para a construção desse trabalho, mas para minha formação. Sem falar nas conversas e nas discussões que abriram perspectivas para outros temas e modificaram minha forma de conceber os passos para a realização de um trabalho.

À professora Lérida Povoleri com quem aprendi, nos quase quatro anos de PET na UFF, os princípios de uma difícil arte: a de formular uma pergunta. Sempre disposta a construir, proporcionou-me momentos de profunda reflexão com as discussões que propôs – tanto no PET quanto nestes anos de mestrado. Cresci muito com estes debates, mas não somente com eles. Os congressos que participamos, na Venezuela e no Uruguai, os grupos de trabalho dos Enapets, dos Sudestepets, dos Interpets, dos Intrapets, etc, foram importantíssimos para compreender o mestrado de outra perspectiva e conseguir superá-lo de uma maneira que ele revigorou minhas perspectivas. Além dessas diversas atividades profissionais, não poderia deixar de lembrar as nossas conversas sobre “coisas da vida” que, não só pela descontração, formaram minha percepção do humano.

Ao professor Mário Duayer com quem tomei conhecimento, ainda na graduação, dos diversos pontos de partida para se conhecer o mundo. Este conhecimento provocou uma verdadeira guinada nos meus objetivos de estudo. Outras questões se abriram e, mais tarde, nas discussões, por ele efetuadas, de trechos dos *Grundrisse* e do instigante livro de Moishe Postone, elaborei as linhas gerais de um plano de trabalho, cuja pequena parte foi iniciada, sob a orientação do Mário, e originou meu TCC. A concepção desse plano proporcionou as motivações necessárias para enfrentar o duro processo de seleção do mestrado em economia e, não menos importante, o próprio mestrado.

Ao professor João Leonardo que, no grupo Teoria Social e Crítica Ontológica, durante a graduação, apresentou-me aos textos de Lukács. A discussão de um autor do calibre de Lukács, ainda na graduação, proporcionou um conhecimento, não só particular, mas importante para, no mestrado, consolidar o plano alinhavado na graduação. Além do mais, sempre receptivo e preocupado com o andamento do curso de mestrado, foi uma motivação a mais para superar os obstáculos.

Ao professor Jesus Ranieri, pela participação da banca de qualificação, na qual efetuou diversas indagações e sugestões que muito contribuíram para uma reflexão mais acurada, principalmente nos momentos em que ousei utilizar o Lukács. Também agradeço ao professor Maurício Coutinho que, na banca de qualificação, expôs as diversas influências de Smith, fornecendo um conhecimento ímpar sobre a obra desse autor.

Ao meu amigo Maracajaro Mansor, o Maraca, pela dedicação na leitura das diversas versões dessa dissertação e pela disposição para discutir, mesmo a distância, variados temas que permeavam o trabalho. Sem falar nas boas conversas – aquelas indispensáveis à formação do espírito.

Aos colegas e amigos que fiz nestes três anos de mestrado, tanto no Instituto de Economia quanto na Faculdade de Educação, cuja companhia fez dessa experiência algo muito maior do que uma formação acadêmica. Em especial, deixo meus agradecimentos ao Fábio Santos e ao Leonardo Nunes, com quem dividi, no último ano, a mesma casa. Para aqueles que sabem as

dificuldades e os benefícios de uma “república”, a menção a casa é auto-explicativa das angústias divididas, dos bons momentos partilhados e, principalmente, das lições aprendidas para a vida, quando se divide a casa com bons amigos.

Por fim, um agradecimento especial: ao time de basquete da LAU/Unicamp. Sem dúvida, a tarefa de cumprir o mestrado teria sido mais árdua na ausência destes amigos.

Alguém disse eu
E não havia
Mais nada a ganhar
Dizendo nós.
De maneira geral,
A gente exerce o bem
Quando faz sentido.
Uma sociedade boa
É a que dá sentido
A essa bondade.
De um momento para o outro, ...
Nós estávamos
Em uma sociedade em pedaços,
Estávamos nos desintegrando.
De um momento para outro,
A escolha sensata era cuidar de si.
(Ian McEwan)

Resumo

A fim de lançar bases para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista, em especial os limites ao gênero humano que emergem dela, a dissertação apresentada retoma os escritos de Adam Smith sobre riqueza. Em particular, o trabalho está limitado ao exame da *Riqueza das Nações*, obra na qual o autor dedica-se à defesa do que é riqueza na sociedade de seu tempo, esmiuçando o princípio geral que define esta riqueza e as causas fundamentais para a expansão dela. Através da recuperação deste princípio geral e das causas fundamentais para a geração e a expansão da riqueza, mostrou-se a maneira pela qual o autor apreendeu e conceituou a riqueza em sua época. Efetuada essa demonstração, o trabalho expôs a concepção de progresso, expressa na defesa de determinado comportamento humano, que emerge do modo como o autor apreendeu e conceituou a riqueza. Da demonstração da relação entre riqueza e progresso, o presente trabalho procurou problematizar o fundamento desta relação para Smith, a fim de pensar, a partir deste autor, tanto a maneira de apreender e conceituar a riqueza na sociedade capitalista quanto os limites ao progresso que podem emergir do modo como se compreende esta riqueza.

Palavras-chave: Riqueza, Progresso, Capitalismo.

Abstract

In order to lay foundations for the understanding of wealth in capitalist society, particularly the limits to the human being that emerge from this wealth, the work analyses the writings of Adam Smith about wealth. In particular, the work is limited to the examination of the *Wealth of Nations*, a work in which the author is dedicated to the defense of what is wealth in the society of his time ferreting out the general principle that defines this wealth and the underlying causes for the progress it. Through the recovery of this general principle and the fundamental causes for the generation of wealth and progress, we aim to show the way in which Smith seized the wealth and conceptualized it at his time. After accomplishing this goal, the work aims to show the design progress of mankind (progress), expressed in the defense of a particular human behavior, which emerges from the way that Smith seized the wealth and conceptualized it. Demonstrating the relationship between wealth and progress, this study sought to question the foundation of this relation for Smith to think, from this author, both how to grasp and conceptualize wealth in capitalist society and the limits to the progress that can emerge from the way it understands this wealth.

Key-words: Wealth, Progress, Capitalism.

Sumário

Introdução.....	12
1. A Riqueza na <i>Riqueza das Nações</i>	19
1.1. Panorama da <i>Riqueza das Nações</i>	20
1.2. A Origem e a Finalidade da Riqueza	27
1.3. Conclusão do Capítulo	35
2. Riqueza e Progresso na <i>Riqueza das Nações</i>	37
2.1. O Elo entre Expansão da Riqueza e Progresso	38
2.2. Progresso e Comportamento Humano	48
2.3. Conclusão do Capítulo	58
Considerações Finais	61
Referências	75

Introdução

Ao fim da primeira década do século XXI, a humanidade se depara com uma situação curiosa. Ampliou o “controle” sobre a natureza e, através deste avanço, ergueu uma formação social na qual as forças produtivas são **capazes** de garantir vida digna a todos os seres humanos. Uma conquista louvável senão fossem os deméritos que a acompanham: crescimento da miséria, da violência, das moradias precárias, do subemprego, da deterioração do meio ambiente, etc. As respostas a estes problemas, resultantes do progresso da humanidade (ou, simplesmente, progresso¹), são as mais diversas, dentre as quais estão situadas as políticas de “mitigação” da fome, da pobreza, da criminalidade, da favelização e outras que, em conjunto, exemplificam a tentativa de manter em níveis aceitáveis as chamadas “mazelas sociais”.

Quando os problemas ocasionados pelo progresso têm por horizonte de solução a *mitigação*, é tautológica a conclusão de que tais problemas são, veladamente ou não, admitidos como insolúveis por aqueles que propõem a mitigação. Um breve exame do significado da palavra indica esta postura. Mitigar significa suavizar ou reduzir o “sofrimento” e não eliminar, dar cabo, acabar ou finalizar com a causa do “sofrimento”.² Não se deseja sugerir uma discussão semântica sobre as propostas teórico/práticas (ou simplesmente, *práxis*³) que tentam mitigar os diversos problemas pelos quais passa grande parte da humanidade. Sublinha-se a palavra porque representa a significação de algo vivido pelo significante e, por essa razão, espelha uma determinada interpretação de como o mundo opera.

A percepção (consciente ou inconsciente) contida na palavra mitigar reflete a incapacidade de diversas práticas e teorias darem conta das inúmeras “mazelas sociais” que atingem a humanidade. Tal afirmação vai de encontro à referida capacidade atingida pela humanidade – seu elevado grau de desenvolvimento. Diante

¹ Adota-se a palavra “progresso” em sentido amplo ou absoluto do termo, a saber, “evolução da humanidade”. Somente quando acompanhado do substantivo “riqueza” a palavra progresso se aproxima da concepção de crescimento ou expansão.

² (HOUAISS, 2009).

³ Cabe ressaltar que, neste trabalho, compreende-se a teoria e a prática enquanto momentos da ação humana, de modo que o ato de tomada de consciência é um pressuposto para a prática, determina-a. A prática, por sua vez, também determina a consciência, na medida em que os resultados obtidos durante a prática validam o que a consciência tomou como realidade. Neste movimento, prática e teoria são partes simbióticas de um único momento, a *práxis*. Para uma introdução a temática, ver Marx (2007, p. 533-9) e Lukács (2007).

dessa contradição, cabe a seguinte pergunta: existiria outra forma de progresso capaz de resolver as “mazelas sociais”?

De acordo com as teorias econômicas, a resposta é negativa. Argumentar a favor da possibilidade de se pensar uma forma de progresso para além da estrutura socioeconômica vigente ou do *imediatamente dado*, para estas teorias, é, no mínimo, uma total falta de bom-senso (diretamente classificado de “utopia”), haja vista a “indiscutível” superioridade do modo de produção capitalista perante as outras formas de organização social que existiram ao longo da história.

A afirmação da superioridade da organização social capitalista é realizada, normalmente, de maneira indireta por esse conjunto de teorias, até mesmo de maneira inconsciente, tendo raiz no conjunto dos recentes desenvolvimentos da crítica relativista ao positivismo lógico.⁴ É pela síntese e aplicação desta crítica que a teoria econômica incorpora a defesa de que o conhecimento produzido acerca das estruturas socioeconômicas – incluso a forma de progresso possibilitada por ela – é historicamente determinado (circunstancial) e, por essa razão, não se pode conhecer *objetivamente* o mundo. Ele (o mundo) é tão somente um produto das circunstâncias que, apreendidas por meio da subjetividade, faculta a construção de “narrativas” sobre elas que, por sua vez, habilitam os indivíduos a *lidarem* com o mundo. A subjetividade, portanto, é incapaz de capturar as estruturas que movem a sociedade, apenas uma ou outra circunstância, meramente pontual, dela. Da afirmação de que não se pode conhecer o mundo *objetivamente* porque todo o conhecimento é circunstancial, desdobra-se, e neste desdobramento reside a “indiscutível” superioridade da formação social capitalista, a impossibilidade da realização de uma prática transformadora – parafraseando Mészáros (2002) – para além do capital porque a historicidade de nosso conhecimento inviabiliza o *conhecimento objetivo*⁵ das estruturas socioeconômicas - diga-se de passagem, condição necessária para uma prática transformadora.

⁴ O empréstimo é oriundo da crítica de Popper ao positivismo, porém, a teoria do conhecimento que, por assim dizer, conquistou corações e mentes na teoria econômica é o pensamento de Kuhn. Para um acesso introdutório ao debate sobre as formas de conhecimento científico (epistemologia) é recomendada a obra de Caldwell (1982), porém, para a compreensão desta discussão no interior da ciência econômica e, por conseguinte, compreender a origem do empréstimo é bastante elucidativo o debate entre Duayer et al (2001) e Lisboa (1997;1998).

⁵ O reconhecimento de que as estruturas sociais não são somente resultado da relação entre sujeito e objeto implica a existência do mundo (social) com relativa independência perante a significação dos sujeitos sobre ele. A relação entre sujeito e objeto é, tão somente, um dos momentos de operação do mundo porque o mundo é a *síntese* das diversas relações entre sujeitos e objetos, não a soma destas relações. A famosa frase de Marx (1982, p. 14) na

Conceber que toda a existência das estruturas socioeconômicas se restringe àquilo que formulamos sobre elas⁶ ou, de maneira diferente embora com o mesmo resultado, conceber que o conhecimento só pode alcançar o imediatamente dado, se limitando, portanto, ao “empírico”⁷, tem por resultado a aceitação de que não é possível conhecer as estruturas sociais. O que implica a afirmação de que qualquer formulação sobre as referidas estruturas é ilusória. Nos dois procedimentos de apreensão dos fenômenos sociais, toma-se por eterna a maneira pela qual ocorre o desenvolvimento social porque – entre a aceitação da historicidade do conhecimento sobre o mundo e a conclusão de que não se pode agir para além do imediatamente dado – interpõe-se o pressuposto de que não se tem acesso ao real, somente às figurações do real (ou “ilusões”), porque o conhecimento é circunstancial.

Da correta constatação de que o conhecimento objetivo é historicamente determinado, conclui-se que o conhecimento objetivo é impossível. Esta conclusão sobre a (in)capacidade de conhecimento das teorias (econômicas ou não) incorporada pela ciência econômica, além de confundir *relativismo epistemológico* com *relativismo ontológico*⁸, naturaliza o estágio social no qual emergem estas teorias justamente porque, nesta conclusão, está contida a concepção de que toda a realidade se reduz aos fenômenos, ou seja, se reduz ao que é capturado por meio dos sentidos (ou resultado unicamente da consciência). A existência de uma “essência” subjacente à realidade percebida pelos sujeitos é algo sem sentido perante a concepção de conhecimento em voga na ciência econômica. Por reduzir a realidade a sua aparência,

Introdução à Crítica da Economia Política, na qual afirma ser o concreto “a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” é o reconhecimento de que o mundo é síntese (e não soma) das relações entre sujeitos e objetos. É importante destacar que o reconhecimento da relativa independência do mundo diante de suas formas de consciência é alvo de controvérsias no interior da filosofia da ciência. Foge ao escopo desta dissertação apresentar esta controvérsia, fica a indicação dos trabalhos de Lukács (1979) e Bhaskar (1998) por serem aproximações críticas à temática e em consonância com a perspectiva adotada nesta dissertação.

⁶ Essa concepção é combatida por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*. (Marx, 2007, p. 533-9)

⁷ A realidade é reduzida, assim como no positivismo lógico, aquilo que capturamos por meio dos sentidos, ou seja, o imediatamente dado. Não existem estruturas subjacentes aos fenômenos sociais que estão para além das categorias imediatamente relacionadas a eles; sendo assim, a realidade é parcialmente capturada, tornado-se realidade imediata ou “realidade”. Sobre a transcendência da realidade e a figuração positivista dela ver Goldmann (1967, p. 17-21).

⁸ O processo de conhecimento da realidade produz diversas teorias sobre ela que podem capturar, cada uma a sua maneira, momentos verdadeiramente existentes da realidade. Este relativismo epistemológico não pode ser confundido com a inexistência de *atributos inerentes ao mundo* (ontológicos), os quais facultam a operação do mundo de uma determinada forma e, por conseguinte, permitem a descoberta de seu funcionamento, no caso das ciências sociais, por meio da abstração. Em outras palavras, as significações do mundo podem ser as mais variadas (múltiplas epistemologias), porém, a existência de diversas interpretações sobre o mundo não implica infinitos mundos (relativismo ontológico). Até porque, o mundo continua a existir independente da significação dos sujeitos sobre ele. (Duayer, 2006 & 2010)

as formas de existência do homem em determinado momento histórico são convertidas na forma de existência geral do homem (um homem *in abstracto*), como sublinha Marx (1982: 3-4):

“[na] sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme à natureza – dentro da representação que tinham de natureza humana -, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza”⁹

A breve exposição de o porquê, do ponto de vista metodológico, a ciência econômica nega a possibilidade de se pensar outra forma de progresso que não aquela possibilitada pelo imediatamente dado, conduz esta dissertação à seguinte questão: como pensar outra forma de progresso, evitando-se as armadilhas do *relativismo* combinado com *absolutismo*¹⁰ do atual estágio da ciência econômica?

O primeiro passo é afirmar a possibilidade de responder de forma positiva a primeira questão proposta, porém, é evidente que esta afirmativa não soluciona a questão. Deve-se, por conseguinte, evidenciar o meio pelo qual será respondida de forma positiva a primeira questão. Para tanto, pretende-se problematizar a maneira de se apreender e se conceituar as determinações da reprodução das condições materiais necessárias à vida social – em sentido amplo, a riqueza –, de maneira a mostrar que a compreensão sobre este aspecto da vida engendra uma determinada concepção de progresso que, por sua vez, limita as possibilidades da ação no mundo. Através dessa forma de responder a primeira questão, constitui-se a proposta para responder a segunda questão, pois serão pensadas as condições para se refletir sobre outra forma de progresso a partir dos meios para se compreender a riqueza – as determinações

⁹ Para complementar esta passagem, recorre-se a seguinte afirmação de Duayer (2010): “embora ninguém esteja disposto a negar que a sociedade atual, capitalista, é uma forma social que deveio, agimos e pensamos como se o capitalismo, isso que deveio e, portanto, é histórico, tivesse abolido a própria historicidade no ato de sua instauração”.

¹⁰ Sobre as “absolutas crenças relativas”, ver Duayer (2006).

gerais e os pressupostos subjacentes à determinada forma de compreender a riqueza – , de maneira a mostrar a forma de progresso que emerge do modo como se compreende a riqueza.

Os problemas expressos no parágrafo anterior, evidentemente, escapam aos limites de uma dissertação de mestrado, porém, não a interdita enquanto meio para abordar estes problemas de maneira introdutória. Pretende-se, portanto, após esta introdução, indicar elementos para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista, pois, entende-se que a concepção referente aos determinantes da reprodução da riqueza acaba por determinar o progresso possível em dada sociedade, justamente porque limita a ação em seu interior.¹¹ No caso, a maneira como é compreendida a riqueza da sociedade capitalista determina a concepção de progresso possível nela, chegando a limitar a possibilidade de pôr esta formação social em questão – a partir de seus próprios impasses e tendências – para se pensar uma nova forma de riqueza que viabilize outra forma de progresso.

Ao pretender fornecer elementos para introduzir a discussão da riqueza no atual estágio da sociabilidade humana, tem-se por perspectiva, além da afirmação da possibilidade de se pensar outro progresso, a retomada de dois aspectos eliminados das discussões no interior da ciência econômica. Em primeiro lugar, o debate em torno do que é riqueza tem sido reduzido às investigações dos determinantes causais do crescimento da riqueza – expresso no crescimento da produção de *mercadorias*, logo, do trabalho acumulado ou, caso se queira, do crescente acúmulo de mais trabalho – e, quando muito, da distribuição da riqueza.

A fim de introduzir o estudo da riqueza, sem propor uma investigação dos determinantes causais do crescimento da riqueza, é que a presente dissertação propõe a análise da *Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Compreende-se, pois, que este autor estava diretamente preocupado com a concepção de riqueza na sociedade de seu tempo, bem como com as consequências, para o progresso, da forma de conceber a riqueza.¹²

¹¹ A relação entre compreensão e ação é discutida, brevemente, em Lukács (2007 & 1969).

¹² Smith dedica todo o livro quarto de *Riqueza das Nações* ao exame crítico das consequências para o *progresso* da forma como se compreende a riqueza.

No momento de transição vivido por Smith é que figura o segundo aspecto removido da ciência econômica. Trata-se do estudo do progresso, i.e, da maneira pela qual a humanidade estrutura suas relações sociais para dar conta dos diversos imperativos da prática cotidiana (suas carências e necessidades)¹³. Estes imperativos compreendem tanto a produção das condições imprescindíveis à existência do homem (satisfação das carências)¹⁴ quanto a estruturação de soluções para problemas mais intrincados surgidos da própria forma complexa assumida pelas relações entre os homens ao longo do desenvolvimento de uma determinada sociedade (satisfação de necessidades).¹⁵

A retomada desses dois pontos conduzirá, inevitavelmente, essa dissertação à investigação da concepção de *ser social*¹⁶ e, por conseguinte, a maneira como se concebe a passagem do *ser orgânico* para o *ser social* na *Riqueza das Nações*, uma vez que os pressupostos quanto à existência do homem em sociedade são fundamentais para definir o progresso. Em verdade, defende-se nesta dissertação que não somente o progresso, mas também a própria riqueza é definida a partir dos pressupostos referentes à existência do homem em sociedade. Por outras palavras, defende-se que o modo de pôr o progresso está determinado pela riqueza, de modo que a maneira de compreender a riqueza, não somente produz uma determinada concepção de riqueza, como também, pretende-se mostrar, impõe limites ao desenvolvimento do gênero humano.

A dissertação apresentada, portanto, tem a finalidade de lançar bases para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista, em especial os limites ao gênero humano que emergem dela. Para tanto, são retomados os escritos de Adam Smith

¹³ A distinção entre “carência” e “necessidade” é fundamental para demarcar que a solução das “carências” nada mais é do que satisfazer as condições materiais inexoráveis à existência biológica do ser humano. Uma vez satisfeitas as carências, é possível ao ser humano pôr necessidades. Mais sofisticadas do que as carências, as necessidades são realizáveis, cabe reforçar, somente porque as carências foram solucionadas. Esta diferenciação é conduzida por Marx (2004) nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, conforme lembra Ranieri (2004, p. 16-17) na apresentação da edição aqui utilizada.

¹⁴ Marx, em seus apontamentos sobre as mais variadas teorias econômicas de seu tempo e pregressas, avaliza que, sem a garantia das condições materiais para a reprodução do homem, não existe história. (Marx, 1980, p. 25-6)

¹⁵ Esse ponto não será desenvolvido nesta dissertação, porém, para uma análise detida da estruturação de complexos e a relação entre eles, recomenda-se Lukács (1979), principalmente quando discorre sobre “o recuo das barreiras naturais” proporcionado pelo progresso.

¹⁶ Uma concepção sintética de ser social é formulada por Marx (1982), na qual o autor afirma que o homem somente se isola em sociedade, i.e., o homem existe, enquanto humano, em sociedade, do contrário, trata-se de um animal bípede. Essa definição, contudo, não diz absolutamente nada sobre o fundamento do *ser social*, diga-se de passagem, objeto perpassado por esta dissertação.

sobre riqueza. Em particular, o trabalho está limitado ao exame da *Riqueza das Nações*, obra na qual o autor dedica-se à defesa do que é riqueza na sociedade de seu tempo, esmiuçando o princípio geral que define esta riqueza e as causas fundamentais para sua expansão.

Para cumprir com os objetivos desta dissertação, ela está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se uma visão geral da *Riqueza das Nações*, a partir da problemática acima proposta. Municiado desta visão geral, expõe-se, através da origem e da finalidade da riqueza na *Riqueza das Nações*, o modo pelo qual a riqueza é apreendida e conceituada nesta obra. No segundo capítulo, aborda-se a relação entre riqueza e progresso. Primeiro pela demonstração do elo entre a expansão da riqueza e o progresso para, em seguida, examinar o *comportamento humano* que emerge deste elo. A partir destes dois tópicos, objetiva-se evidenciar a dimensão qualitativa da expansão da riqueza e, através dessa dimensão, quais são os limites ao gênero humano impostos pela expansão da riqueza, tal como concebida por Smith.¹⁷

¹⁷ Para facilitar a compreensão, julgou-se necessário destacar as categorias e/ou as expressões que assumem sentido geral (ou amplo) em itálico.

1. A Riqueza na *Riqueza das Nações*

No presente capítulo são apresentadas as duas primeiras partes do tema acima proposto, a saber, uma visão geral da *Riqueza das Nações* e a concepção de riqueza nesta obra. Para tanto, o capítulo divide-se em duas seções, respectivamente “Panorama da *Riqueza das Nações*” e “A Origem e a Finalidade da Riqueza”, além desta introdução e da conclusão.

Na primeira seção, optou-se por uma apresentação das categorias centrais para a compreensão da concepção de riqueza de Smith, em lugar de se recuperar os caminhos efetuados pelo autor até a elaboração da *Riqueza das Nações*. Esta opção justifica-se, porque se reconhece que a exposição da relação entre as categorias utilizadas por Smith para construir sua concepção de riqueza e a forma como esta relação estrutura sua obra são elementos fundamentais para a compreensão da obra em sua totalidade.

Na segunda seção, será mostrado o fundamento que articula as principais categorias formadoras da concepção de riqueza presente na *Riqueza das Nações*. Para tanto, examinou-se a origem e a finalidade da riqueza nesta obra. Este exame, além de revelar o fundamento, explicita a concepção de riqueza de Smith.

1.1. Panorama da *Riqueza das Nações*

Apresentar uma visão ampla da *Riqueza das Nações* constitui uma tarefa, por assim dizer, árdua e, em certa medida, já conduzida pelos diversos editores e comentadores das variadas edições e reimpressões desta obra.¹⁸ A pretensão nesta seção é apresentar a visão de conjunto da obra a partir do tema proposto nesta dissertação. Em lugar de efetuar uma ampla apresentação que reconstituiria a biografia do autor, passando por um apanhado dos seus principais escritos, até chegar à publicação da *Riqueza das Nações*, será realizada uma exposição da conexão entre as principais categorias que, nesta obra, fundam a concepção de riqueza do autor ao determinarem a origem e a finalidade desta riqueza. O que explicitará a relação entre a concepção de riqueza de Smith e sua concepção de progresso, tema do capítulo seguinte.

A leitura de *Riqueza das Nações* mostra, em primeiro lugar, uma característica central da filosofia iluminista¹⁹: a possibilidade de a razão ser o meio pelo qual os sujeitos acessam a realidade para inspecionar os fenômenos do mundo que os afetam e, por meio da investigação destes fenômenos, indicarem relações causais explicativas destes fenômenos, de modo a permitir a ação informada no mundo. Admite-se, portanto, a capacidade do homem esclarecer as causas que produzem determinado fenômeno, passando a ter um (certo) domínio sobre o fenômeno, de maneira a poder alterá-lo (ou aperfeiçoá-lo) para além das possibilidades dadas pelo fenômeno – aquelas concebíveis quando opera “sem” o conhecimento dos sujeitos sobre seu funcionamento. É esta característica que anima a investigação de Smith e pode ser percebida na maneira pela qual o autor estruturou os cinco livros que compõem a obra.

Os três primeiros livros são destinados à descoberta das *causas fundamentais* de um fenômeno particular: o crescimento da riqueza da nação. Desvendada as causas e seus encadeamentos, Smith dedica o livro quarto ao exame

¹⁸ Compreenderia uma tarefa hercúlea e fugiria ao escopo da presente dissertação, referenciar as diversas “visões amplas” da *Riqueza das Nações*. A seguir são indicados, para fins de introdução e contextualização da referida obra, as introduções às duas edições mais cuidadosas da *Riqueza das Nações*: Cannan (1996 [1904]) e Campbell & Skinner (1981).

¹⁹ Para uma breve definição das características centrais do iluminismo, recomenda-se consultar Mora (1980). Para obter uma relação entre tais características e o pensamento escocês, ver: Broadie (2003) e Cerqueira (2006), e para uma relação entre teorias econômicas e o iluminismo, ver Bianchi (1988).

crítico das demais explicações sobre as causas deste fenômeno, o que denominou de “sistemas de economia política”²⁰. Evidentemente, o autor apóia sua crítica nas relações causais construídas nos três livros anteriores com o claro objetivo de propor uma forma de ação (ou domínio do fenômeno) – que se expressa na proposição de um determinado *comportamento humano* – diferenciada dos sistemas criticados. Ação esta “orientada” pelo “Governo”, alvo de investigação no quinto, e último, livro da obra. As funções do “Governo” são definidas não somente de acordo com as causas do fenômeno particular encontradas pelo autor, mas também em crítica às práticas de “Governo” sugeridas pelos demais sistemas de economia política, transformando o “Governo” no “meio” pelo qual o fenômeno é aperfeiçoado (ou a ação é “orientada”).²¹

Conforme acima afirmado, os três primeiros livros da obra formulam as bases gerais da teoria sobre a “natureza e as causas da riqueza das nações”. A estrutura do primeiro livro é indicativa da centralidade do *trabalho* enquanto causa da riqueza da nação. Em particular, o *trabalho* é compreendido como primeira fonte da riqueza e, através do seu aperfeiçoamento – via *divisão do trabalho*²² –, é que se chega às duas outras fontes da riqueza: o acúmulo de patrimônio (“capital”²³) e a propriedade da terra.²⁴ No segundo livro, o autor continua o exame do *trabalho* enquanto fonte de riqueza a fim de determinar quais os tipos de *trabalho* são produtivos ou improdutivos sob o ponto de vista da geração de riqueza; porém, o autor indica a crescente importância da acumulação de terra e de “capital” para a contínua elevação do emprego de trabalho produtivo, de modo que estas duas fontes de riqueza passam a predominar

²⁰ (SMITH, 1988b, p. 43). Essa passagem, no original, encontra-se em Smith (WN, IV.intro.1-2). A referência ao original segue as normas da edição definitiva dos trabalhos de Smith, na qual são citadas as iniciais da obra, acompanhada do livro correspondente a ela, o capítulo e, por fim, os parágrafos.

²¹ É importante salientar que, no lugar de uma intervenção arbitrária do soberano, da “Comunidade” (“Estado” em algumas traduções) ou do “Governo”, Smith advoga uma “intervenção” baseada nos princípios fundamentais, por ele descobertos, da expansão da riqueza. Em particular, o “Governo” (termo adotado com o sinônimo dos três, no presente trabalho) deve permitir aos indivíduos expressarem seus *próprios interesses*. Para tanto, deve organizar um sistema de leis, tributos, etc capaz de permitir tal expressão. Essa temática será mais bem desenvolvida no capítulo seguinte.

²² Durante todo o livro, Smith utiliza a expressão “divisão do trabalho” ao abordar o fenômeno de parcelamento e especialização da produção. A ausência da palavra “social” não é fortuita. Os determinantes (ou o determinante último) para a existência da “divisão do trabalho” é, como será visto adiante, tão somente “natural”.

²³ Sublinha-se a palavra “capital” porque definir, tal como realiza Smith (1988a, p. 49) [WN, I.vi.5], “capital” somente como acúmulo de patrimônio *per se* é, para dizer com Marx (1982, p. 5) apagar a característica particular, definidora, por assim dizer, do capital: “Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo, o *capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o ‘instrumento de produção’ ‘trabalho acumulado’ em capital*”.

²⁴ (SMITH, 1988a, p. 49-51). [WN, I.vi.1-12]

sobre o *trabalho* na produção de riqueza.²⁵ Por fim, no terceiro livro, o autor expõe qual a relação entre o campo e a cidade, tendo em vista a apresentação da maneira mais adequada de acumular riqueza, ou seja, de empregar o *trabalho*, o “capital” e a terra. Durante esta exposição, Smith procura atacar a estrutura socioeconômica feudal ao mostrar que o embargo à troca durante o predomínio desta estrutura socioeconômica impediu a aplicação correta do “capital” e, por conseguinte, interditou o desenvolvimento da relação entre o campo e a cidade mais favorável à expansão da riqueza.

Observa-se, através do encadeamento acima exposto dos três primeiros livros, a transformação sofrida pela fonte da riqueza em direção à acumulação *privada* de propriedade²⁶ – seja da terra seja do “capital” – de maneira que o maior desenvolvimento socioeconômico confere ao acúmulo *privado* de propriedade da terra e do “capital” maior destaque na geração de riqueza. A terra e o “capital” são, enquanto materiais, fontes de riqueza justamente porque são materiais sobre os quais o trabalho é realizado; porém, ser a acumulação *privada* desses materiais uma parcela crescente da fonte de riqueza se deve a capacidade – dada pela crescente acumulação individual desses materiais – de pôr o *trabalho* de maneira adequada à ampliação da produção da riqueza. A acumulação *privada* de terra e de “capital” é fonte da riqueza, em outras palavras, porque possui a capacidade de *comandar trabalho* e, ao reunir as condições para a operação do trabalho, gera produtos do trabalho em escala crescente – maior quantidade global de trabalho.²⁷ O *trabalho*, por essa razão, relaciona-se de maneira dependente com a acumulação de terra e de “capital”.

Apesar da crescente subordinação do *trabalho* à acumulação de terra e de “capital”, Smith recorda a permanência do *trabalho* enquanto medida da riqueza.²⁸ Em

²⁵ “Os *capitais* são aumentados pela parcimônia e diminuídos pelo esbanjamento e pela má administração”. (SMITH, 1988a, p. 257) [WN, II.iii.14]

²⁶ “No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de *pessoas particulares*, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais”. (SMITH, 1988a, p. 49 – grifo nosso) [WN, I.vi.5]

²⁷ Apesar da nota acima recorrer a uma citação de Smith na qual o autor define a acumulação enquanto acumulação privada, ao longo do livro o termo não é utilizado pelo autor. Pode-se pensar, na linha do argumento a ser desenvolvido, tratar-se da redução da acumulação a uma forma particular dela: a acumulação privada. O que permitiria ao autor abdicar do adjetivo.

²⁸ É de conhecimento geral a primazia de Smith, destacada por Marx (1982, p. 16), na defesa do trabalho em geral enquanto a atividade criadora de riqueza (aquela que põe a riqueza ou exterioriza-a), sendo assim, “o valor de troca dessa riqueza (...) é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá [aos produtores] condições

termos smithianos, os produtos do trabalho destinados à troca (riqueza) têm seus “preços reais” (“valor de troca”) constituídos por estas três fontes – *trabalho*, terra e “capital” –, porém, a medida do “preço real”, em última instância, é o trabalho.²⁹

Encontra-se, na observação acima, um ponto fundamental para esclarecer a pergunta que anima o presente trabalho. A crescente geração de riqueza (*expansão da riqueza*) está associada à subordinação do *trabalho* à acumulação de terra e de “capital”, porém, antes de se pensar em entidades abstratas, terra e “capital” são meios concretos de produção que, no estágio de desenvolvimento social analisado por Smith, são detidos e acumulados por particulares.³⁰ A exigência para uma produção crescente de riqueza, seguindo a argumentação do autor acima exposta, é um modo de organização social no qual a forma predominante de propriedade dos meios de trabalho e de seu produto seja a *propriedade privada*. Existe, contudo, na argumentação do autor, uma causa anterior que justifica, e dá origem, à propriedade privada, e sua acumulação, enquanto determinante do crescimento da riqueza. Trata-se da *divisão do trabalho*.

É o isolamento do produtor, com vistas à ampliação da produção através da crescente especialização, o mecanismo pelo qual a propriedade privada vem a ser uma necessidade da estrutura socioeconômica geradora de crescente riqueza. De um lado, porque a garantia de reconhecer a propriedade do produto do trabalho do produtor

de comprar ou comandar”. (SMITH, 1988a, p. 36) [WN, I.v.2] Ao analisar esta definição, Marx expõe a existência de, pelo menos, dois determinantes do “valor de troca” da mercadoria. Para Smith, o “valor de troca” da mercadoria é definido tanto pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la quanto pela quantidade de trabalho vivo que a mercadoria é capaz de comprar – ou seja, o próprio “valor de troca” do trabalho é compreendido enquanto medida da mercadoria. Essa dupla determinação do “valor de troca” da mercadoria, para dizer com Marx, não é resultado de um erro teórico e sim resultado de algo mais profundo. Caso se imagine que o trabalhador detém o produto de seu trabalho, quando ocorre a troca, o produto do trabalho dele é trocado por um produto do trabalho que contém o mesmo tempo de trabalho – sendo apenas um valor de uso diferente. Neste caso, o valor do produto é igual ao valor do trabalho. Entretanto, este exemplo é marginal em uma economia capitalista, na qual o trabalhador não detém o produto do trabalho, de modo que dada quantidade de trabalho vivo não representa a mesma quantidade de trabalho materializado na mercadoria. Em verdade, a quantidade de trabalho materializado na mercadoria é maior do que a quantidade de trabalho vivo na própria mercadoria. O que resulta na mercadoria ser capaz de “comandar” mais trabalho vivo do que aquele materializado nela. A quantidade de trabalho contida na mercadoria, conseqüentemente, não é igual ao valor do trabalho, como no caso do trabalhador ser o detentor do produto de seu trabalho. Dois aspectos, por conseguinte, são evidenciados: 1) o trabalho não é a única fonte da riqueza apesar de ser a medida da riqueza e 2) o valor do trabalho não constitui a medida da riqueza, apenas seu quantum é medida da riqueza. (MARX, 1980, p. 47-51)

²⁹ A passagem a seguir reforça a afirmação: “o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário”. (SMITH, 1988a, p. 51) [WN, I.vi.9]

³⁰ Smith reconhece, e inclusive, afirma a propriedade privada como um estágio importante para o crescimento da riqueza. (IBID, p. 49) [WN, I.vi.5]

privado traz consigo o seu direito de determinar o destino de seu produto. Distinguem-se, desta maneira, os diversos produtores de acordo com os produtos do trabalho que conduzem à troca e, porque podem definir o destino do produto, estão habilitados a alienarem-se destes produtos a fim de acessar outros produtos do trabalho. A propriedade privada dos produtos do trabalho, por conseguinte, viabiliza a *troca*.

O acesso aos demais produtos do trabalho através da troca, por outro lado, atende a condição necessária à especialização. É porque o produtor pode abdicar de seu próprio trabalho para satisfazer suas carências e necessidades que ele está habilitado a dedicar todo o seu tempo de trabalho a um único trabalho ou momento do processo produtivo. O produtor pode, assim, recorrer à riqueza gerada (acumulada) para se manter na condição de produtor. A efetivação dessa possibilidade significa, em uma palavra, a *especialização*.³¹

Nota-se, em Smith, um ciclo argumentativo no qual a existência da divisão do trabalho pressupõe um produtor *isolado* produzindo privadamente com destino à troca. A propriedade privada – nesta argumentação – dos produtos do trabalho³² tem o papel fundamental de garantir o fechamento do ciclo argumentativo do autor porque é através da propriedade que o produtor garante o direito de alienar o resultado de sua produção, bem como pode acumular, e usufruir, do resultado da produção dos demais.

Destaca-se, por detrás deste ciclo argumentativo, outro aspecto da teoria de Smith: a concepção de homem ou *ser social* advogada por ele. O produtor isolado, cujo

³¹ “Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”. (SMITH, 1988a, p. 31) [WN, l.iv.1]

³² Quando o trabalho deixa de ser, seguindo a argumentação de Smith, a fonte determinante da riqueza, passando a terra e o “capital” (acumulados privadamente) a exercerem o papel central de fonte da riqueza, a propriedade dos meios de produção é a condição primordial para a efetivação da divisão do trabalho. Porque a maior complexidade assumida pela estrutura social, diante desta transformação na fonte da riqueza, engendra novas carências e necessidades de produção, de modo a impor uma produção sempre em escala maior e mais fragmentada. Para acompanhar estas exigências, devem-se descobrir novos métodos de produção, novas máquinas, novos materiais, realizar melhorias nas construções, nos meios de transporte, etc, que implica, por fim, a maior concentração da propriedade, sem a qual não se faz possível a realização destas descobertas, pois é necessário patrimônio ou “capitais” para *comandar* o trabalho necessário às descobertas. Até porque, a própria descoberta torna-se um novo ramo de trabalho, nas palavras de Smith: “Com o progresso da sociedade, a *filosofia ou pesquisa* torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas. Como qualquer outro ofício, também esse está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona economia de tempo. Cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico”. (SMITH, 1988a, p. 21 – grifo nosso) [WN, l. i.9]

destino é produzir para trocar, apresenta-se enquanto o modelo de ser social do qual é erguida a argumentação do autor. Modelo este que, convém indicar, pertence a condições históricas particulares. Momento histórico no qual a *divisão do trabalho*, a *troca* e a *propriedade privada* estão postas socialmente e se articulam no interior da sociedade de tal maneira que parece **natural** aos sujeitos produzir – de forma crescentemente fragmentada, subordinada e isolada – com destino à troca.³³ Além do mais, a naturalidade dessas relações advém do papel mediador das trocas porque é nela que os sujeitos acessam os demais produtos do trabalho - satisfazem carências e necessidades.

Se a propriedade privada (e seu acúmulo), como denota o encadeamento do argumento de Smith, origina-se da divisão do trabalho e constitui um dos pressupostos para o crescimento da riqueza, esclarecer qual a origem da divisão do trabalho segundo a argumentação do autor é importante para a compreensão da causa fundamental que, em sua teoria, origina a riqueza e a faz crescer. Até porque, conforme indicado acima, na argumentação de Smith a divisão do trabalho não opera de maneira isolada na promoção do crescimento da riqueza. Com ela, está entrelaçada a acumulação privada de propriedade – enquanto a forma necessária do impulso à riqueza – e a troca – por ser o elo entre o que permite o acúmulo de riqueza e a efetivação desse acúmulo. A concepção de ser social do autor, na qual os sujeitos são indivíduos isolados produzindo para trocar, está subjacente a este encadeamento explicativo da *expansão da riqueza* e, inclusive, fundamenta a forma do *progresso*. Por outras palavras, a propriedade privada, a divisão do trabalho e a troca estão entrelaçadas por um único “fio condutor”: a concepção de ser social de Smith; de modo que as condições históricas particulares que produziram estes condicionantes da ação humana em

³³ “O caçador e pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum – como se afigura aos historiadores da Civilização –, uma simples reação contra os excessos de requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural (...) Essa é a aparência, aparência puramente estética, das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, de uma antecipação da “sociedade”, que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, *o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado*. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam *esse indivíduo do século XVIII* – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – *como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História*”. (MARX, 1982, p. 3 – grifo nosso)

sociedade se tornam características inescapáveis à sociedade caso se deseje a *expansão da riqueza e o progresso*.

Explicitar a relação entre essas categorias e a concepção de ser social de Smith, tal como apresentado na *Riqueza das Nações*, será a finalidade das próximas partes dessa dissertação porque permitirá demonstrar a relação, nessa obra, entre a concepção de riqueza do autor e sua concepção de progresso. Ao atingir essa finalidade, compreende-se que o objetivo de discutir a concepção de riqueza em Smith, bem como a relação dessa concepção com a concepção de progresso, estará efetuada, de modo a garantir o caráter introdutório desse estudo, cujo objetivo é contribuir para o estudo da riqueza na sociedade capitalista.

A seguir, serão recuperados os argumentos de Smith com respeito à origem e à finalidade da riqueza. Mediante esta recuperação, pretende-se reconstruir a concepção de riqueza na referida obra de Smith. Explicitado este ponto, será posto em tela, no capítulo seguinte, a ligação entre a concepção de riqueza do autor e o progresso que ela engendra.

1.2. A Origem e a Finalidade da Riqueza

A fim de compreender a concepção de riqueza de Smith, tal como apresentada na *Riqueza das Nações*, e a conexão dessa concepção com sua concepção de progresso, deve-se evidenciar o fundamento da riqueza para o autor. Para tanto, entende-se a necessidade de expor a origem e a finalidade da riqueza no sistema teórico da referida obra porque essa exposição evidencia o fundamento da riqueza para o autor e, mediante a apresentação do fundamento, entende-se chegar à sua concepção de riqueza.

A investigação de Smith sobre as causas fundamentais da riqueza das nações é iniciada pela procura dos princípios fundadores da expansão das *forças produtivas do trabalho*. Ora, se a exposição quanto à origem da riqueza inicia pelo entendimento daquilo que amplia o trabalho ou a capacidade de despendar trabalho, é um truísmo inferir que, para o autor, a riqueza está fundada no trabalho.

A primeira forma de ampliação do dispêndio de trabalho da qual tratará Smith é o aumento da destreza e habilidade do trabalhador por meio da especialização na produção de determinada mercadoria, segundo o autor:

“O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”. (SMITH, 1988a, p. 17)³⁴

Qual a razão para a divisão do trabalho ampliar a quantidade de trabalho de maneira tão profícua? Novamente, o autor é explícito na resposta à pergunta:

“Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a *três circunstâncias distintas*: em primeiro lugar, devido à *maior destreza existente em cada trabalhador*; em segundo, à *poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro*; finalmente, à *invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho*, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas”. (IBID, p. 19 – grifo nosso)³⁵

A divisão do trabalho, de acordo com a passagem acima, promove uma modificação naquele que executa o trabalho: amplia a destreza do trabalhador.

³⁴ [WN, l.i.1].

³⁵ [WN, l.i.6].

Paralelamente, a divisão do trabalho transforma o processo produtivo tanto porque reduz o tempo gasto em diferentes trabalhos necessários à produção de dada mercadoria quanto por causa do estímulo à adoção de máquinas capazes de abreviar o trabalho. Esse último item está relacionado com a maior destreza do trabalhador, mas também com as novas ferramentas exigidas pela especialização e a própria especialização de alguns trabalhadores na produção de máquinas – ou mesmo na invenção de novas máquinas.³⁶ A abreviação do trabalho necessário à consecução de determinado produto significa maior tempo de trabalho disponível para a produção de maior quantidade deste produto. A quantidade global de trabalho, portanto, amplia. Até porque, menos tempo de trabalho desperdiçado durante o processo produtivo implica a materialização em produtos do que antes era perdido no desenrolar da produção.

Existe, todavia, um requisito sem o qual o efeito da divisão do trabalho – transformar o processo produtivo e aquele que o põe em movimento na direção de aumento da quantidade global de trabalho – é anulado. Exige-se algum grau de *articulação da produção*, seja no interior de dado processo produtivo seja entre os processos produtivos.

Sob o ponto de vista de um processo produtivo qualquer, a divisão do trabalho requer a articulação da produção porque, ao parcelar e, assim, provocar a maior dedicação do trabalhador a um único momento do processo de trabalho, amplia a quantidade de trabalho despendida por ele – expressa na maior quantidade de **componentes** dos produtos do trabalho. Ao aumentar a quantidade de trabalho despendida pelo trabalhador, a divisão do trabalho no interior de um processo produtivo acaba por aumentar a quantidade **global** de trabalho – novamente, expressa na maior quantidade de produtos do trabalho. Evidentemente, para que a quantidade de trabalho despendida em cada parte do produto se traduza em maior quantidade global de trabalho, implicando, por fim, maior quantidade de produtos; algum grau de ordenação do processo de trabalho é exigido.³⁷ Observa-se, nesta análise simples do processo de

³⁶ Conforme indicado em nota anterior, Smith (1988a, p. 21) atenta para a tendência de, com a elevação da divisão do trabalho, aquele que realiza o trabalho não ser mais o mesmo que inventa a máquina (ou ferramenta) através da qual se realiza o trabalho.

³⁷ Também é patente a exigência de algum grau de concentração dos “capitais” para ser possível reunir os trabalhadores em um processo de produção parcelado. Rubin (1989, p. 24) relata que as condições histórico-concretas para a existência da divisão do trabalho – articulada à troca de produtos do trabalho e à propriedade privada – estão na modificação do papel do mercador, que deixou de ser um simples comprador de mercadorias para

trabalho imposto pela divisão do trabalho, a necessidade da operação de algo capaz de unir os resultados isolados da produção: a *cooperação* entre os produtores.

É a cooperação entre estes produtores, isolados no interior do processo produtivo, que permite a produção em escala ampliada. Quando se atenta para cada um dos diversos processos produtivos, cujo interior são tomados pela divisão do trabalho, nota-se uma relação análoga entre eles; pois, a especialização também ocorre entre os processos produtivos, de modo a gerar um conjunto de atividades interconectadas (i.e., dependentes entre si), exigentes de novas especializações e parcelamentos – no interior e no exterior – do processo de trabalho. Trata-se, em última instância, da articulação de diversos **produtores produzindo isoladamente**, seja no interior de um processo produtivo seja enquanto processos produtivos isolados, conforme destaca Smith na passagem a seguir:

“Se examinarmos todas essas coisas [produtos do trabalho] e considerarmos a grande variedade de trabalhos empregados em cada uma dessas utilidades, perceberemos que sem a ajuda e *cooperação* de muitos milhares não seria possível prover às necessidades, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado, por mais que imaginemos — erroneamente — é muito pouco e muito simples aquilo de que tais pessoas necessitam. Em comparação com o luxo extravagante dos grandes, as necessidades e pertences de um operário certamente parecem ser extremamente simples e fáceis e, no entanto, talvez seja verdade que a diferença de necessidades de um príncipe europeu e de um camponês trabalhador e frugal nem sempre é muito maior do que a diferença que existe entre as necessidades deste último e as de muitos reis da África, que são senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus”. (IBID, p. 22-3 – grifo nosso)³⁸

Na citação acima, chama atenção a comparação de Smith entre as necessidades de um camponês e de um rei africano. A ênfase é dada no aumento da

ser o fornecedor de matérias primas, fixador de quantidades e único comprador. Na passagem a seguir, Rubin (Ibid) registra a maneira pela qual o artesão passa a ser um produtor privado, remunerado por peça produzida, cujos meios de produção e o produto de seu trabalho não lhe pertencem; são propriedades do mercador que adiantou ao artesão os objetos de trabalho e pagou pelo seu trabalho em troca do produto finalizado. É o começo, portanto, da união da divisão do trabalho com a troca e a propriedade privada porque *articula a produção* de diversos produtores isolados, produzindo privadamente, com destino à troca. Ainda não é o momento em que os produtores isolados são isolados no interior de uma unidade manufatureira – diga-se de passagem, modelo utilizado por Smith para analisar a divisão do trabalho –, mas sim um momento anterior – *genético*, para dizer com Lukács (1969).

“At first He [mercador] purchased individual batches of commodities from the craftsman as the occasion arose; later he bought up everything the craftsman produced. With the passage of time he began to give the craftsman a money advanced; and in the end he came to provide the raw materials at his own expense (...) farming then out to individual craftsmen (...) who were then paid a remuneration for their labour. From this moment the independent craftsman was turned into a dependent handicraft worker, and the merchant into a buyer up-putter out”.

³⁸ [WN, l.i.11].

força produtiva proporcionado pela divisão do trabalho e, por conseguinte, na articulação da produção provocada por ela no interior da sociedade, pois, nem mesmo um rei africano – senhor de um contingente respeitável de “selvagens” – consegue reproduzir as condições materiais do mais simples camponês. Entretanto, seguindo a argumentação de Smith, a divisão do trabalho tem efeito sobre a produção e reprodução da vida material porque atua em um tipo específico de estrutura social. Somente produtores **privados**, cuja produção se dá de maneira **isolada**, são capazes de sofrer os efeitos da divisão do trabalho e, por conseguinte, *articulam a produção* – parcelam, especializam e cooperam – de modo a ampliar a riqueza para além da imaginação de um rei africano – tal qual retratado por Smith.

Qual a causa fundamental – ou o “mecanismo” – capaz de impor à divisão do trabalho a competência de atuar somente em uma estrutura social na qual os indivíduos são isolados e produtores privados? Após expor os efeitos da divisão do trabalho na sociedade “civilizada”, Smith desvenda, por fim, a causa fundamental:

“Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta *riqueza geral* à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa *tendência ou propensão existente na natureza humana* que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: *a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra*”. (IBID, p. 24 – grifo nosso)³⁹

A ampliação dos produtos do trabalho, através do efeito da divisão do trabalho nesta estrutura social particular, tem sua origem primária em uma espécie de **dispositivo** intrínseco ao homem: a necessidade de trocar. O porquê de a troca ser uma propriedade inerente ao homem não é esclarecido por Smith, de modo que o **dispositivo** é, em verdade, um **postulado** quanto ao agir humano em geral. É pertinente destacar a passagem em que o autor procura “justificar” a propensão dos homens à troca enquanto propriedade natural do homem:

“Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria a dizer, ou se — como parece mais provável — é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não

³⁹ [WN, I.ii.1].

parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos”.
(IBID)⁴⁰

É através da suposição de que os homens naturalmente são propensos à troca que os indivíduos isolados produzindo privadamente são capazes de articular a produção – põem em movimento os efeitos da divisão do trabalho – de modo a ampliar a força produtiva do trabalho e, por conseguinte, elevar a riqueza da sociedade. Esse encadeamento causal explicita a origem da riqueza para Smith: a ***propensão à troca***.

“Desvendada” a origem da riqueza para Smith, lança-se um dos pilares fundamentais para expor a maneira de Smith compreender a riqueza; porém, ainda resta pôr em evidência outro pilar fundamental: a finalidade da riqueza. Se ampliar a força produtiva do trabalho implica o aumento da riqueza, constitui uma tautologia a afirmação de que a riqueza são produtos do trabalho. Entendida desta forma, a riqueza seria tanto a produção para subsistência quanto a produção para a troca; porém, a ampliação das carências e necessidades a serem satisfeitas, bem como da quantidade de indivíduos satisfeitos, requer o melhor uso das habilidades de cada indivíduo.

Conforme indicado acima, é a divisão do trabalho que permite a dedicação do indivíduo às suas habilidades, promovendo-as e, por consequência, ampliando a efetividade prática delas. Também se afirmou a necessidade de um mínimo de *articulação da produção* para que os produtores isolados em suas respectivas especializações possam cooperar entre si, permitindo à divisão do trabalho se traduzir em elevação das forças produtivas do trabalho. Para ocorrer o isolamento do produtor em sua respectiva especialização, contudo, não basta a possibilidade de troca dos resultados do trabalho. Para Smith, também é necessária a *acumulação privada de propriedade*.⁴¹

Quando os produtores produzem de maneira isolada e privada, é pela dedicação a um único produto (ou a um único momento de um processo produtivo) que eles são habilitados a ampliar sua produção. A maior dedicação de cada produtor a um determinado produto (ou etapa do processo produtivo) implica a redução tanto do tempo de trabalho disponível dele para a produção dos produtos para atender suas

⁴⁰ [WN, I.ii.2].

⁴¹ Conforme a passagem de Smith (1988a, p. 49) citada na primeira parte do presente trabalho, o autor define a acumulação enquanto acumulação privada, porém, o adjetivo “privada” não é utilizado ao longo do livro.

carências e necessidades; quanto do tempo disponível para a produção dos materiais necessários ao próprio processo produtivo. Em poucas palavras, a especialização exige a redução do tempo de trabalho dedicado à produção da subsistência do produtor. Consequentemente, o meio para satisfazer tanto as carências e as necessidades de cada produtor (isolado e privado) quanto as exigências para a execução do processo produtivo é a troca dos resultados de seus trabalhos. A troca, em última instância, **revela-se a única possibilidade** para o indivíduo acessar os produtos do trabalho dos demais, sendo que o acesso a esses produtos ocorre somente quando o produtor dispõe do resultado de sua produção. Até dispor deste resultado, cabe ao produtor manter-se na qualidade de produtor – ou seja, garantir sua subsistência. A maneira pela qual o produtor consegue efetuar sua manutenção é pelo acúmulo privado de propriedade, conforme indica Smith na passagem a seguir:

“uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, o produto do trabalho de uma pessoa só consegue atender a uma parcela muito pequena de suas necessidades. A maior parte delas é atendida com o produto do trabalho de outros, que a pessoa compra com o produto de seu próprio trabalho (...) Ora, isto não pode ser feito enquanto a pessoa não terminar seu próprio trabalho, e também enquanto não o tiver vendido. Portanto, antes de a pessoa executar seu trabalho e vendê-lo, é necessário acumular em algum lugar certo estoque de bens de diversos tipos, estoque este suficiente para manter o trabalhador e provê-lo dos materiais e instrumentos necessários para seu trabalho (...) Assim como a acumulação de capital, por sua natureza, deve ser anterior à divisão do trabalho, da mesma forma o trabalho pode ser cada vez mais subdividido, somente na proporção em que o estoque for previamente cada vez mais acumulado (...) na medida em que progride a divisão do trabalho, para se poder dar emprego constante a um número igual de trabalhadores é preciso acumular previamente um estoque igual de mantimentos e um estoque maior de materiais e instrumentos do que o que teria sido necessário em uma sociedade em estágio primitivo (...) Assim como a acumulação prévia de capital é necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da mesma forma ela conduz naturalmente a esse aprimoramento”. (SMITH, 1988a, p. 211-2)⁴²

De acordo com a passagem acima, o acúmulo de patrimônio (ou a posse de meios de produção) é condição necessária para o produtor ser capaz de se especializar em dado produto (ou processo produtivo, ou ainda promover a especialização de outros produtores). Acertadamente, Smith identifica na *posse* crescente de meios de produção

⁴² [WN, II.intro.2-4].

uma condição necessária para a existência da especialização; porém, não se trata de qualquer *posse* de meios de produção, mas sim da *acumulação privada de “capitais”* ou *propriedade privada*. A acumulação privada dos meios de produção é a única maneira, seguindo-se a argumentação de Smith, pela qual o produtor consegue pôr em movimento o processo produtivo.

A acumulação de “capital” da qual trata Smith, em verdade, não se refere somente aos meios necessários à produção. Trata-se dos produtos do trabalho capazes de satisfazer as carências e as necessidades dos produtores. Parte daquilo que Smith denomina de “capital” são também os produtos do trabalho para consumo (ou usufruto) do produtor. De outra maneira, a parte do “capital” destinada aos materiais, às ferramentas, às máquinas; enfim, aos *meios de produção* (“*capital fixo*”), bem como a parte destinada à *manutenção* destes meios de produção e à *realização* da produção (“*capital circulante*”), são acumulados para gerar, em escala crescente, os produtos do trabalho para a satisfação das carências e das necessidades dos produtores (“*consumo imediato*”).⁴³ Cabe destacar a passagem em que o autor expõe a finalidade última da *acumulação* de “capital”:

“O único objetivo e finalidade, tanto do *capital fixo* como do *circulante*, consiste em manter e aumentar o capital que pode ser reservado para o *consumo imediato*. É esse *capital* que alimenta, veste e dá moradia à população. A riqueza ou pobreza da população depende do suprimento abundante ou escasso que esses dois tipos de capital têm condições de garantir ao capital reservado para o consumo imediato.” (SMITH, 1988a, p. 217 – grifo nosso)⁴⁴

Se a finalidade da *acumulação* de “capital” é garantir a ampliação da quantidade de produtos do trabalho disponíveis para o *consumo imediato* – i.e., disponíveis para a satisfação das carências e necessidades dos indivíduos – pode-se inferir que a *acumulação* de “capital” é um instrumento para a satisfação de necessidades. Sabe-se, por sua vez, que os “capitais” são os produtos do trabalho dos demais indivíduos – tanto aqueles produtos cuja finalidade é reproduzir as condições de produção quanto aqueles produtos cujo destino é a satisfação imediata das carências e das necessidades dos indivíduos – de modo que a ampliação da *acumulação* de

⁴³ Para a definição pormenorizada de “capital fixo”, “capital circulante” e “consumo imediato”, ver Smith (1988a, p. 215-6). [WN, II.i.12-23]

⁴⁴ [WN, II.i.26].

“capitais” significa ampliar a quantidade de produtos do trabalho disponíveis para a satisfação (imediata ou não) das carências e necessidades dos indivíduos através da troca. Em poucas palavras, acumular “capitais” significa ampliar os produtos do trabalho destinados à troca ou, em uma expressão, a *riqueza*.

Se ampliar a acumulação de “capital” significa, em Smith, ampliar a riqueza, pode-se expressar a finalidade da riqueza nas seguintes palavras: a satisfação de carências e necessidades dos indivíduos. No vocabulário smithiano, essas poucas palavras significam que a finalidade da riqueza é ampliar o **consumo imediato**.

Depreende-se, da análise conduzida acima, a origem e a finalidade da riqueza para Smith, respectivamente, a *propensão à troca* e o *consumo imediato*. A concepção de riqueza que emerge desses dois pressupostos quanto à origem e à finalidade da riqueza é concepção segundo a qual a riqueza é o conjunto dos produtos do trabalho destinados à troca. Além do mais, por ser a *propensão à troca* um atributo **natural** ao homem, a riqueza condizente com a natureza humana e, por isso, habilitada a satisfazer crescentemente as carências e as necessidades dos homens é aquela expressa pelo conjunto dos produtos do trabalho destinados à troca. Em síntese, Smith concebe que a forma da riqueza fundada na *propensão à troca* é a *mercadoria*, cuja finalidade primária é satisfazer carências e necessidades humanas; porém, na sua concepção, essa forma de riqueza transcende seu tempo: é a forma natural da riqueza.

1.3. Conclusão do Capítulo

A partir da busca pelos pressupostos que permitem articular a *divisão do trabalho* à *propriedade privada* e à *troca* enquanto categorias de um sistema teórico ao invés de conceitos esparsos chega-se à origem e à finalidade da riqueza no pensamento de Smith, tal como apresentado em *Riqueza das Nações*. A ***propensão à troca*** origina a riqueza, enquanto a finalidade da riqueza é o ***consumo imediato*** (ou a satisfação de carências e necessidades dos indivíduos).

A maneira pela qual se efetuou, por assim dizer, “a chegada” à origem e à finalidade da riqueza expôs que as categorias *divisão do trabalho*, *troca* e *propriedade privada* estão articuladas entre si e são condições inescapáveis para a riqueza ser originada e atingir sua finalidade. Entretanto, mais do que concluir sobre o caráter determinante para a riqueza destas categorias, destaca-se o seu fundamento: a *propensão à troca*.

É através do postulado de que os homens são propensos à troca que Smith funda a concepção de riqueza da obra analisada nesta dissertação. É por meio deste postulado a respeito do atributo natural ao homem capaz de diferenciá-lo dos demais animais que o autor apreende a riqueza, de modo a conceituá-la enquanto produtos do trabalho destinados à troca (*mercadorias*). Tal riqueza é gerada quando se *permite a troca* (exteriorização da *propensão à troca*), momento no qual o indivíduo é habilitado a acessar os resultados dos trabalhos dos demais indivíduos através da troca dos resultados de sua produção. O indivíduo, por meio da troca, atende suas carências e suas necessidades ao invés de recorrer à própria produção. O que acaba por permitir, por fim, a especialização e a divisão do trabalho, ampliando, assim, as forças produtivas do trabalho e, através da elevação das forças produtivas do trabalho, a riqueza é aumentada.

A relação de causalidade, apresentada no parágrafo anterior, é posta em movimento pela exteriorização da troca e, segundo Smith, tem uma finalidade. A produção de riqueza se destina a satisfazer carências e necessidades humanas, o que implica a ***subordinação*** da produção para a troca (*valor de troca*) ao atendimento das carências e necessidades humanas (*valor de uso*). Em outras palavras, a maneira de o homem garantir sua existência passa pela permissão à exteriorização da *propensão à*

troca porque a troca é o **meio** para a satisfação das carências e das necessidades humanas.

Diante da centralidade da *propensão à troca* na explicação da concepção de riqueza e da expansão dessa riqueza, o exame da relação entre a riqueza e o ser social necessário à produção dessa riqueza se torna um momento indispensável para a compreensão da relação, na *Riqueza das Nações*, entre a expansão da riqueza e o desenvolvimento do gênero humano (progresso). Por outras palavras, postular a existência de um atributo inerente à “natureza humana” que faz existir e crescer a riqueza e, ademais, tomar este atributo da natureza pela *propensão à troca* expressa uma determinada concepção de ser social presente na *Riqueza das Nações*. O que implica a existência de um determinado modo de desenvolvimento deste ser social ou, de outra maneira, uma dada forma de progresso condizente com a forma pela qual Smith compreendeu (apreendeu e conceituou) a riqueza, na referida obra.

A seguir, será efetuada a demonstração da relação entre o crescimento da riqueza e o progresso. Para tanto, o próximo capítulo está dividido em duas partes. A primeira tem por objetivo mostrar qual o elo entre a expansão da riqueza e o progresso, sendo a segunda parte uma tentativa de demonstrar o ser social subjacente a uma estrutura social fundada na troca; ou num dado atributo da natureza humana, no caso, a *propensão à troca*.

2. Riqueza e Progresso na *Riqueza das Nações*

“Desvendada” a origem e a finalidade da riqueza para Smith em *Riqueza das Nações*, foi possível chegar ao “pressuposto” fundamental da riqueza para o autor. Em uma sentença: a *propensão à troca*.

Diante dessa “premissa” quanto à ação humana, cabe evidenciar qual a concepção de ser social subjacente a ela, de modo a demonstrar a concepção de progresso que emerge da concepção de riqueza do autor. Para realizar esta tarefa, será demonstrada a relação entre a expansão da riqueza e o progresso, da qual se pretende fazer emergir a concepção de ser social indicativa do *tipo de ser humano* (*comportamento humano*) exigido para a expansão da riqueza, tal como concebida pelo autor na referida obra.

Para tanto, o presente capítulo está dividido em duas partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção tem por objetivo indicar qual o elo entre a expansão da riqueza e o progresso. Demonstrado este elo, a segunda seção procura expor o *comportamento humano* subjacente ao progresso, que emerge da concepção de riqueza exposta acima, e fundado na *propensão à troca*.

2.1.O Elo entre Expansão da Riqueza e Progresso

De acordo com a conclusão do capítulo anterior, através do postulado da *propensão à troca*, Smith concebe a riqueza enquanto produtos do trabalho destinados à troca, cuja finalidade é atender carências e necessidades humanas. Para compreender a expansão dessa riqueza, será demonstrado como, no argumento de Smith, o seu crescimento depende do progresso da relação, entre os homens, mediada pela troca. Tal dependência, é importante ressaltar, determina o tipo de comportamento humano possível para que esta relação se estabeleça e, por essa razão, limita o desenvolvimento do *ser social* ou, em uma palavra, o progresso.

Se a satisfação de interesses de um contingente crescente de indivíduos requer a produção crescentemente dedicada à troca, a ruptura dos limites individuais à satisfação das carências e necessidades significa, conforme exposto no capítulo anterior, a sucessiva diminuição da produção para a subsistência acompanhada da crescente dedicação à produção destinada à troca. De indivíduos isolados que procuram satisfazer suas necessidades por si sós, passa-se, à medida que a produção se destina à troca, a indivíduos dependentes da produção dos demais, ainda que sejam produtores isolados.

Por menor que seja o desenvolvimento de dada sociedade, para Smith, a troca é que garante a existência da sociedade porque articula os homens de maneira dependente, permitindo a existência deste *ser orgânico* em sociedade, passando assim a constituir um *ser social*.⁴⁵ O momento de formação do ser social, por essa razão, é o exato momento no qual as trocas são minimamente estabelecidas; do contrário, têm-se indivíduos isolados produzindo para subsistência, em duas palavras: animais bípedes.

O homem ser um *trocador* de produtos do trabalho habilita-o a se organizar com outros homens, formando uma estrutura complexa de relações inimagináveis aos demais seres orgânicos.⁴⁶ Na passagem a seguir, o autor destaca a dependência recíproca entre os indivíduos surgida quando as trocas são estabelecidas:

“Cada animal, individualmente, continua obrigado a ajudar-se e defender-se sozinho, não dependendo um do outro, não auferindo

⁴⁵ Para uma diferenciação bastante breve entre *ser inorgânico*, *ser orgânico* e *ser social*, ver Lukács (1969, p. 19-22).

⁴⁶ Um exemplo da complexidade assumida pelas relações entre os seres humanos é a acumulação crescente de produtos do trabalho que, não obstante, torna-se uma condição necessária à produção, conforme visto no capítulo anterior.

vantagem alguma da variedade de talentos com a qual a natureza distinguiu seus semelhantes. Ao contrário, entre os homens, os caracteres e as habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes e os respectivos talentos e habilidades, *em virtude da capacidade e propensão geral ao intercâmbio, ao escambo e à troca*, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode *comprar* qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades”. (SMITH, 1988a, p. 26 – grifo nosso)⁴⁷

O grau de dependência entre os indivíduos, indicativo do nível de satisfação dos interesses, é resultado da parcela da produção dedicada à troca; porém, não é porque se trata, para Smith, de um atributo inerente ao ser humano que a *propensão à troca* opera plenamente, proporcionando a acumulação de capital e, pelos efeitos expostos no capítulo anterior, a elevação da riqueza. Este atributo humano pode ser “contido”, ou melhor, atrofiado de tal forma que somente as habilidades mais imediatas e necessárias são aproveitadas pelos indivíduos. Para a *propensão à troca* se exteriorizar, promovendo seus benefícios, deve-se atender a determinadas condições; por sua vez, precedentes tanto à acumulação privada de “capitais” quanto à divisão do trabalho condicionada por esta acumulação e promovida por ela.

A condição mais imediata para que o poder transformador da troca tenha efeito é o número de indivíduos **dispostos** a produzir e em **condições** de trocar os resultados das suas produções.⁴⁸ É a maior quantidade de indivíduos produzindo privadamente com destino à troca que permite o parcelamento e a especialização dos diversos trabalhos e a cooperação entre os indivíduos, porque as suas carências e necessidades são satisfeitas pela produção dos demais indivíduos. Observa-se, portanto, que o limite mais imediato à *propensão à troca* é dado por uma condição **externa** aos próprios indivíduos. Porque é o quão útil a especialidade do indivíduo (produzindo privadamente) é para o *mercado* – soma dos indivíduos dispostos a produzir e em condições de trocar – que determinará seu acesso ao *mercado*; por conseguinte, a satisfação de suas carências e suas necessidades passa, em primeiro lugar, pela avaliação do *mercado*. A existência deste condicionante para a satisfação

⁴⁷ [WN, I.ii.5].

⁴⁸ “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade”. (SMITH, 1988a, p. 27) [WN, I.iii.1]

das necessidades e das carências do indivíduo implica, para o indivíduo, o imperativo de, primeiro, atender as carências e as necessidades dos demais produtores para, depois, atender suas carências e suas necessidades.

Quanto maior o *mercado*, maior será a quantidade de indivíduos que destinam sua produção à troca, de modo que a finalidade da produção será, crescentemente, a satisfação de carências e de necessidades (“interesses”) **externas** à produção. A expansão do *mercado* expressa, conseqüentemente, a ampliação da relação de dependência entre os indivíduos, na qual a satisfação dos interesses de um indivíduo está **condicionada** à satisfação dos interesses dos demais indivíduos. É por meio da expansão dessa relação de dependência, cujo significado é um maior número de indivíduos disponíveis para produzir e em condições de trocar, que a *propensão à troca* poderá ser **exteriorizada**. Por essa razão, a expansão da riqueza, tal como concebe Smith – produtos do trabalho destinados à troca –, depende da expansão do *mercado* – do número de indivíduos disponíveis para produzir e em condições de trocar.

Pode-se pensar, porém, numa condição anterior à própria disponibilidade dos indivíduos para a produção e sua habilitação para a troca. Está condição é a existência do material sobre o qual será elaborado o produto para a troca.

É através do exame de onde ocorre “o grande comércio de todo o país civilizado” que Smith explica a origem do “capital” – entendido enquanto materiais necessários à produção e disponíveis para serem acumulados privadamente.⁴⁹ De acordo com o autor, este grande comércio ocorre entre o campo e a cidade de determinada nação. O campo oferece os materiais necessários à subsistência da cidade enquanto a cidade devolve para o campo as “comodidades e artigos de luxo”.⁵⁰ Porque o campo provê à cidade os meios de vida e os materiais necessários à atividade manufatureira, a subsistência oriunda do campo constitui condição necessária à *expansão da riqueza*; logo, as melhorias no campo precedem as melhorias na cidade.⁵¹

⁴⁹ (SMITH, 1988b, p. 7). [WN, III.i.1]

⁵⁰ (IBID, p. 8). [WN, III.i.2-3]

⁵¹ (IBID).

Apesar de esta ser a ordem “natural” do desenvolvimento da relação entre o campo e a cidade⁵², o autor reconhece a não observância desse desenvolvimento na Europa. Não é objetivo, desta dissertação, julgar o mérito da interpretação de Smith sobre o desenvolvimento socioeconômico europeu⁵³, cabe apenas indicar que a justificativa do autor para a Europa ter desenvolvido a manufatura antes de desenvolver o cultivo de suas regiões agrícolas reside na **limitação à troca** imposta ao campo pela estrutura socioeconômica vigente na Europa antes da expansão comercial.

A limitação à troca se originou, ainda de acordo com Smith, da não garantia da *propriedade* da terra, pois sem essa garantia não se fomentava as melhorias no cultivo da terra⁵⁴, o que contribuiu para o atrofiamiento da atividade agrícola. Na cidade, ao contrário, os comerciantes conquistaram a propriedade dos produtos de seu trabalho através da conquista do direito de comerciar livremente – direito garantido, vale destacar, por meio da força.⁵⁵ Justamente por não estarem expostos à “violência” de terem sua propriedade espoliada, argumenta Smith, os habitantes da cidade puderam expandir suas atividades para além da subsistência e encontraram no comércio de longa distância os materiais necessários à manufatura. Aqui reside a explicação do autor para a primazia das cidades costeiras na expansão comercial⁵⁶, porém, o importante a ser notado nesta argumentação é que o crescimento da riqueza dependente do comércio fluvial significou uma modificação fundamental no modo de vida europeu na medida em que proporcionou o aperfeiçoamento da agricultura na Europa.

O motivo para o comércio de longa distância ter proporcionado a melhoria na agricultura é a expansão dos *mercados* para os produtos agrícolas, de modo a atrair para a produção agrícola os comerciantes que buscavam, nas terras, tanto o lucro proporcionado pelos grandes *mercados* quanto o *status* da aristocracia rural.⁵⁷ A possibilidade dos comerciantes comprarem as terras, contudo, efetivou-se porque o poder dos senhores feudais foi enfraquecido⁵⁸ – o que permitiu garantir a troca também

⁵² (IBID, p. 10). [WN, III.i.8]

⁵³ Para julgamentos competentes a esse respeito, ver Pocock (2006), Campbell & Skinner (1981) e Evensky (2006).

⁵⁴ (IBID, p. 18-19) [WN, III.ii.18-21]

⁵⁵ (IBID, p. 23-4) [WN, III.iii.5-9]

⁵⁶ (IBID, p. 26) [WN, III.iii.13-5]

⁵⁷ (IBID, p. 31) [WN, III.iv.2-3]

⁵⁸ Acerca da perda de poder dos senhores feudais, ver Smith (1988b, p. 35-36). [WN, III.iv.11-16]

no campo ou, para dizer com Smith, assegurou “a ordem e a boa administração e, com elas, a *liberdade* e a *segurança* dos indivíduos, entre os habitantes do campo”.⁵⁹

A breve recuperação da explicação de Smith para a origem do “capital” indicou a base sobre a qual a estrutura social, erigida em torno da expansão da riqueza, torna-se mais complexa. Observou-se que sem a expansão das *trocas*, não teria sido possível desenvolver o campo, de onde provieram os meios de vida e os materiais necessários para a continuidade das atividades realizadas na cidade – já expandidas pelo comércio além mar. Em outras palavras, para Smith, o não desenvolvimento do campo teria retardado o progresso da cidade.

Diante dessa observação, nota-se que os materiais necessários à produção são originados através da expansão dos indivíduos disponíveis para produzir e em condições de *trocar*. É a ampliação dos *mercados* o meio pelo qual são originados os materiais necessários à produção. Consequentemente, os “capitais” necessários à produção serão obtidos por meio da expansão das trocas e, por extensão, das relações de dependência entre os indivíduos, fundada na troca.

Se se recorda, do capítulo anterior, a importância, para a teoria de Smith, da acumulação de capital para o crescimento da riqueza e, consequentemente, para a expansão da parcela da riqueza destinada ao consumo imediato; conclui-se do parágrafo anterior que somente com a expansão da produção destinada à troca é possível expandir as condições materiais com as quais as carências e as necessidades dos indivíduos serão satisfeitas. No limite, a origem do “capital” é explicada pela expansão dos *mercados*, de modo que a exteriorização da *propensão à troca* está limitada, em última instância, pela expansão dos *mercados*.

Ao fundamentar a capacidade humana de atender crescentemente suas carências e necessidades na troca de produtos do trabalho, Smith **assenta** o progresso na expansão da troca de produtos do trabalho ou na expansão da riqueza. Pode-se, portanto, pensar no desenvolvimento do gênero humano (progresso) somente com a difusão das trocas – momento no qual o homem “abandona” a condição de indivíduo isolado e independente para assumir, mediado pelas trocas, a qualidade de indivíduo isolado e dependente dos demais homens.

⁵⁹ (IBID, p. 32 – grifo nosso) [WN, III.iv.4-6]

Quando o humano se relaciona com os outros membros de sua espécie por meio da troca, estabelece as condições materiais para passar de uma espécie de *ser orgânico* à condição de *ser social*. Para a troca ser o nexos das relações entre os homens, seguindo o pensamento de Smith, basta deixar fluir um atributo natural a essa espécie: a *propensão à troca*. Caso se deixe que a *propensão à troca* se exteriorize no maior conjunto possível de exemplares da espécie humana, as condições materiais para a fundação da sociedade (e do próprio homem) estão lançadas. Por essa razão, tal como afirmado no começo do parágrafo anterior, o progresso se assenta na expansão da troca.

A fim de explicar a afirmação anterior, cabe recordar a citação que compõe o terceiro parágrafo desta seção, em especial o seguinte trecho:

“entre os homens, os caracteres e as habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes e os respectivos talentos e habilidades, *em virtude da capacidade e propensão geral (...) à troca*, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode *comprar* qualquer parcela da produção dos *talentos* dos outros, de acordo com suas necessidades”. (IBID – grifo nosso)

Do argumento desenvolvido até aqui, a origem do humano – i.e., do *ser social* – provém da exteriorização da *propensão à troca* que estabelece, para cada humano, a condição de indivíduo isolado e dependente dos demais homens, de modo a permitir a cada humano usufruir das habilidades dos demais homens porque faculta a divisão do trabalho e a especialização.⁶⁰ O acréscimo a este argumento que a passagem acima proporciona é o de qualificar as habilidades que cada um usufruirá. Trata-se do usufruto do “talento”, da aptidão, da capacidade – inata ou adquirida – de cada indivíduo pelos demais. A dedicação de cada indivíduo ao seu talento implica o *gênero humano* estar habilitado a desenvolver o máximo de suas “potencialidades”.

A ênfase no “gênero humano” não é fortuita. A expansão da riqueza permite desenvolver as potencialidades do *gênero humano*, o que não significa facultar o desenvolvimento das potencialidades *individuais*, pelo menos para a maioria dos indivíduos. O próprio Smith reconhece a diferença entre desenvolver as potencialidades do gênero humano e ampliar as potencialidades individuais:

⁶⁰ Cabe destacar o seguinte raciocínio: a não exteriorização da propensão à troca põe os homens na condição de animais bípedes – seres orgânicos – que não se reconhecem enquanto gênero.

“Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da *maioria da população*, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país (...) A uniformidade de sua vida estagnada naturalmente corrompe a coragem de seu espírito (...) Esse tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação que não aquela para a qual foi criado. Assim, *a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais*. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres — isto é, *a grande massa da população* — a menos que o *Governo* tome algumas providências para impedir que tal aconteça. (...) Não ocorre o mesmo nas comumente chamadas sociedades primitivas, de caçadores, pastores, e mesmo de agricultores, naquele estágio agrícola primitivo que antecede o melhoramento das manufaturas e a ampliação do comércio exterior. Em tais sociedades, as variadas ocupações de cada pessoa obrigam todos a exercitar sua capacidade e a inventar meios de eliminar dificuldades que sobrevêm continuamente. Conserva-se viva a capacidade inventiva, não havendo perigo de que o espírito caia naquele embotamento indolente que, em uma sociedade civilizada, parece entorpecer a inteligência de quase todas as categorias mais baixas da população”. (SMITH, 1988c, p. 65-6)⁶¹

Delimitando-se ao tema proposto para esta dissertação,⁶² a passagem acima não nega os efeitos da divisão do trabalho na expansão da riqueza. Por essa razão, ela corrobora a afirmação de que a expansão da riqueza fundamenta o desenvolvimento do gênero humano. Entretanto, o progresso obtido por meio da expansão da riqueza, tal

⁶¹ [WN, V.i.f.50-1].

⁶² O trecho faz parte da argumentação de Smith sobre o sistema educacional. Tal argumentação enseja inúmeras questões que perpassam a concepção de sistema educacional do autor e o que se pode pensar a partir da compreensão dele do sistema educacional; contudo, não é o objetivo do presente trabalho explorar este tema. Para uma apreciação contemporânea do assunto, ver Skinner (1995, p. 70-96).

como concebida por Smith, tem por resultado, para “a grande massa da população”, a involução do indivíduo ou o “embotamento indolente” do *ser social*.

O avanço das condições materiais resultante, para Smith, da dedicação das atividades humanas à produção para a troca – a ampliação da riqueza – determina o grau de avanço de um organismo social frente a outro, do ponto de vista material, porque o habilita à maior satisfação das carências e das necessidades dos indivíduos que o compõe. Tal habilitação provém da ampliação das condições materiais do organismo social na medida em que permite ao gênero humano desenvolver o máximo de suas potencialidades, através da permissão à troca ou exteriorização da *propensão à troca*.

Por causa da ampliação das condições materiais, a permissão à troca habilita o gênero humano, do ponto de vista qualitativo, a se desenvolver – os homens passam a usufruir dos *talentos* de cada um. O que também constitui um avanço de um organismo social frente a outro. Entretanto, a permissão para desenvolver o gênero humano proporcionado pela expansão da riqueza, como compreendida por Smith, é um avanço do organismo social que, para a maioria dos seus componentes, implica sua involução, seu embotamento ou a perda de sua sensibilidade para com os demais aspectos da sociedade.

Da diferença entre desenvolvimento do gênero humano e desenvolvimento do indivíduo, surge um primeiro limite imposto pela expansão da riqueza ao progresso, na *Riqueza das Nações*. A expansão da riqueza permite o desenvolvimento do gênero humano (progresso) em detrimento do desenvolvimento da maioria dos indivíduos que compõe este gênero.

Sobre este limite, vale retomar o trecho abaixo que compõe a passagem acima, para explicitar a maneira como Smith lida com esse limite:

“Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres — isto é, *a grande massa da população* — a menos que o *Governo* tome algumas providências para impedir que tal aconteça”. (IBID – grifo nosso)

Após desenvolver a argumentação quanto à expansão da riqueza por meio de um postulado quanto à natureza humana, Smith recorre ao “Governo” para impedir

um resultado proveniente da exteriorização da *propensão à troca*.⁶³ Aparentemente, recorrer a uma entidade externa à natureza humana para impedir o “embotamento indolente” do indivíduo, causado justamente por aquilo que se pretende obter com a exteriorização da *propensão à troca* – i.e., ampliar a força produtiva do trabalho mediante a elevação divisão do trabalho e da especialização – seria, no mínimo, um complicador para a argumentação desenvolvida pelo autor. Evocar o “Governo”, por essa razão, poderia constituir um “defeito” no argumento do autor. Contudo, conduzir uma crítica nesses termos seria descuidar de um aspecto importante do pensamento de Smith: a *moral*.⁶⁴

Obedecer a um determinado comportamento (moral) se constitui uma condição fundamental para que haja a expansão da riqueza porque permitirá ao homem, por um lado, desenvolver as potencialidades do gênero humano através da exteriorização da *propensão à troca* e, por outro, constituir um “Governo” para impedir o “embotamento indolente” da maioria dos indivíduos, o assalto à riqueza da sociedade e a violação do direito à troca, consequências da exteriorização da *propensão à troca*.⁶⁵ Em outras palavras, o progresso é determinado pela expansão da riqueza, de modo que o comportamento possível (e necessário) ao homem é o condizente com a reprodução dessa riqueza, o que não significa atender cegamente o atributo natural ao homem que o faz ser capaz de resolver suas carências e suas necessidades, mas ajustá-lo ao progresso, no qual o gênero humano e o indivíduo progridam.

A seguir, será abordado o tipo de comportamento humano exigido para o progresso da riqueza e do homem. Após a exposição desse tema, pretende-se sumarizar os pontos centrais deste capítulo, a fim de apontar o que essa incursão na obra de Smith permite pensar acerca da maneira de apreender e conceituar a riqueza

⁶³ Sobre a função do “Governo” em Smith, ver Campbell & Skinner (1981, p. 34-40).

⁶⁴ O debate em torno da existência ou não de uma moral no pensamento de Smith permeia o chamado “Das Adam Smith Problem”, que se refere à existência, ou não, de continuidade entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações* (Para uma apreciação dos rumos do debate sobre o “Das Adam Smith Problem”, ver Evensky (2006, p. 20-3)). Entretanto, para a finalidade da presente dissertação, cabe recordar o trabalho de Mehta (2006), no qual o autor defende a existência de uma “moral” no pensamento de Smith, tal como formulado na *Riqueza das Nações*. Complementar ao trabalho de Mehta, indica-se o trabalho de Foley (2005), no qual o autor explicita a existência de uma “qualificação do laissez-faire” no argumento de Smith, de modo que a o comportamento dos homens na reprodução da vida material obedece regras que não são impostas pela natureza humana, embora sejam condizentes com ela.

⁶⁵ Aqui se trata das três grandes funções do Estado ou Comunidade, segundo Smith, garantir a defesa, assegurar a justiça e prover os bens-públicos. (SMITH, 1988c, p. 3-89) [WN, V.i]

na sociedade capitalista e sobre os limites ao progresso que podem emergir desta riqueza.

2.2. Progresso e Comportamento Humano

Mostrou-se, na seção anterior, que o avanço da riqueza é o fundamento para o desenvolvimento do gênero humano (progresso). Entretanto, também se mostrou que para a riqueza expandir de maneira a proporcionar um progresso, tanto do gênero humano quanto dos exemplares deste gênero, faz-se necessário aos indivíduos obedecerem à determinada moral ou comportamento humano. A seguir, será abordado o tipo de comportamento humano que Smith atribui ser aquele condizente com a expansão da riqueza e o progresso.

A fim de expor o tipo de comportamento humano adequado à expansão da riqueza e ao progresso é pertinente retomar a conclusão da apreciação de Smith a respeito do progresso da riqueza na Europa:

*“uma revolução da maior importância para o bem-estar público foi levada a efeito por duas categorias de pessoas, que não tinham a menor intenção de servir ao público. A única motivação dos grandes proprietários era atender a mais infantil das vaidades. Por outra parte, os comerciantes e os artífices, embora muito menos ridículos, agiram puramente a serviço de seus próprios interesses [own interest], fiéis ao princípio do mascate, de com um pêni ganhar outro. Nem os proprietários nem os comerciantes e artífices conheceram ou previram a grande revolução que a insensatez dos primeiros e a operosidade dos segundos estavam gradualmente fermentando”. (SMITH, 1988b, p. 37)*⁶⁶

Recorda-se da seção anterior que Smith atribui à queda do poder da aristocracia rural à retomada do comércio na Europa. Esta retomada, de acordo com a passagem acima, engendrou comportamentos distintos em cada indivíduo, dependendo de sua posição social. A aristocracia rural pautou sua ação pela busca da satisfação de suas “vaidades” enquanto os comerciantes e manufatores procuravam atender aos seus “próprios interesses”.⁶⁷ Ambos os comportamentos foram benéficos para a promoção das trocas, mas o primeiro teve por consequência o enfraquecimento da aristocracia rural enquanto o segundo comportamento fortaleceu os comerciantes e manufatores, o que resultou, conforme vimos acima, no estabelecimento das condições para a garantia da exteriorização da *propensão à troca* que proporcionou, por extensão, o mercado, a divisão do trabalho, a acumulação de capital e, pela atuação destes

⁶⁶ [WN, III.iv.17].

⁶⁷ Ao longo da obra, o autor utiliza, na maioria das vezes, o termo “próprio interesse” (*own interest*), utilizando o termo “interesse próprio” ou “auto-interesse” (*self-interest*) apenas uma vez. No caso, a passagem pode ser consultada em Smith (WN, V.i.g.2).

fatores, a expansão da riqueza. O agir que permitiu a **continuidade** da exteriorização da *propensão à troca*, por essa razão, foi o baseado no *próprio interesse*.

Nomear o tipo de comportamento que facultou a exteriorização da *propensão à troca*, contudo, não ajuda na solução do problema posto no começo desta seção. Para saber o significado, para Smith, da ação baseada no *próprio interesse* é preciso investigar por qual razão, segundo o autor, a perseguição dos *próprios interesses*, sem visar o *benefício público*, é o meio para alcançar esse benefício.

Na tentativa de elucidar o problema exposto no parágrafo anterior, deve-se pensar, a partir da *Riqueza das Nações*, nas condições primordiais para o indivíduo poder agir pelo *próprio interesse*. Uma primeira condição é o indivíduo ser capaz de reconhecer suas habilidades e determinar qual delas é a melhor. Essa condição traz consigo outro determinante para o indivíduo agir por meio do *próprio interesse*, a saber, estar habilitado a **decidir por si só**. Em outras palavras, ao invés dos indivíduos agirem a partir dos desígnios de um “legislador”⁶⁸ (poder pessoal) que determina sua ação com base nos seus interesses, transformando o “bem-estar público” no próprio interesse do “legislador”⁶⁹, os indivíduos devem estar habilitados a agirem por si sós.

“os soldados e os marujos, uma vez liberados do serviço ao rei, estão livres para exercer qualquer profissão, em qualquer cidade ou lugar da Grã-Bretanha ou da Irlanda. Restitua-se a todos os súditos de Sua Majestade a mesma *liberdade natural de exercerem a ocupação que quiserem*, da mesma forma que isso se permite aos soldados e aos marujos após o término de seu serviço ao rei; em outros termos, *acabe-se com os privilégios exclusivos das corporações e com o estatuto de aprendizagem* — porque ambos constituem interferências reais na liberdade natural dos cidadãos — *e suprima-se também a lei das residências*, de sorte que um trabalhador pobre, ao perder o emprego em alguma ocupação ou em algum lugar, possa procurar emprego em outra ocupação ou em outro lugar, sem receio de perseguição ou remoção, e se verá que nem o público nem os indivíduos sofrerão muito mais pela dispensa ocasional de certas categorias específicas de

⁶⁸ Expressão utilizada por Smith ao longo do livro para designar figuras ligadas ao “Governo”.

⁶⁹ Na passagem a seguir, ao tratar do caso das barreiras à troca impostas aos produtores agrícolas, Smith (1988b, p. 131) [WN, IV.v.b.39] assegura que a intervenção do Estado não pode ir de encontro à promoção do *próprio interesse* dos indivíduos. Além disso, nenhuma “razão de Estado”, cristalizada neste período no poder do monarca, do príncipe ou do senhor de uma região, pode objetivar impor os interesses aos indivíduos: “impedir o produtor agrícola de enviar suas mercadorias em qualquer época ao melhor mercado equivale evidentemente a sacrificar as leis normais da justiça a um conceito de utilidade pública, a *uma espécie de razão de Estado* — ato de autoridade legislativa que só deve ser exercido e só pode ser executado em casos da mais urgente necessidade”.

operários de fábrica do que com a de soldados”. (Smith, 1988b, p.76-7)⁷⁰

O trecho acima está inserido na argumentação de Smith contra a restrição à importação de mercadorias⁷¹ e tem por objetivo justificar que a liberação de trabalhadores em um setor, no qual a produção caiu diante da eliminação das barreiras às importações, não acarretará em uma “grande convulsão para o país”; pois nenhuma perturbação ocorre quando os “soldados e marujos” – que representam um contingente elevado de “trabalhadores” – são dispensados do serviço militar após uma guerra. No caso dos trabalhadores da manufatura e comércio, segundo Smith, a possibilidade de uma calamidade pública por causa da sua demissão é bem menor porque estes trabalhadores estão acostumados a viver de seu trabalho, logo, a perda de postos de trabalho em um determinado setor os põe a procurar por outro trabalho. Ao contrário dos trabalhadores do comércio e da manufatura, os “soldados e marujos”, por viverem do soldo do “Estado”, estariam em piores condições para se ocuparem em outra função, pois teriam de pensar na possibilidade de trabalhar.⁷² Liberar a importação não pode estar desalinhado, portanto, da liberação dos trabalhadores para **decidirem por si sós** porque a perda do emprego em um setor somente será compensada no caso de o trabalhador poder decidir sozinho a respeito da nova atividade que ocupará. A tomada desta decisão envolve, além do mais, a **garantia** de o trabalhador poder decidir sozinho.

O ponto central do trecho acima citado e do breve parágrafo explicativo deste trecho se revela nos termos “decidirem por si sós” e “garantia”. Todo o indivíduo, para agir de acordo com o *próprio interesse*, deve estar isento de qualquer intervenção **externa** a ele para decidir de que forma irá se empregar ou empregar o seu “capital”:

“A pessoa que emprega seu trabalho ou seu capital em uma multiplicidade de maneiras superior àquela exigida por sua situação jamais tem condições de prejudicar a seu vizinho por vender mais barato que ele. Pode, sim, prejudicar-se a si mesma, como geralmente acontece. Como diz o provérbio, o “faz-de-tudo” jamais chegará a enriquecer. Mas *a lei sempre deveria deixar que as pessoas cuidassem elas mesmas de seus próprios interesses, uma vez que, na situação pessoal em que se encontram, geralmente têm condições de melhor*

⁷⁰ [WN, IV.ii.42].

⁷¹ A passagem é extraída do capítulo três do livro quarto da *Riqueza das Nações*, no qual Smith argumenta contra as restrições à importação, oriundas da política mercantilista. (SMITH, 1988b, p.79-98) [WN, IV.iii]

⁷² (SMITH, 1988b, p. 76) [WN, IV.ii.42]

julgar sobre o caso do que o poderia fazer o legislador.”. (SMITH, 1988b, p. 124-5 – grifo nosso)⁷³

A não interferência de um poder pessoal, ao qual se refere a passagem acima, significa a autonomia do indivíduo perante os demais indivíduos. Ou, conforme afirmado no capítulo anterior, o isolamento do indivíduo – por depender dos demais, através da troca, para satisfazer suas carências e suas necessidades. Para dizer em poucas palavras, o indivíduo estar isolado significa o indivíduo ser **autônomo**, pois, somente assim poderá decidir sobre qual atividade se empregar e, tendo decidido, a habilidade necessária àquela atividade será a melhor habilidade do indivíduo porque, seguindo a citação acima, somente o próprio indivíduo pode avaliar se a habilidade escolhida é a melhor de suas habilidades.⁷⁴

A autonomia do indivíduo perante um poder pessoal se assemelha, no argumento de Smith, à transferência para o indivíduo do pressuposto da propriedade privada - deve-se recordar, enquanto a forma de propriedade para que a riqueza venha a progredir. Assim como a propriedade privada garante ao possuidor dos meios de produção e dos produtos do seu trabalho o direito de alienar-se deles da maneira que julgar mais adequada, a autonomia do indivíduo representa o seu direito de alienar-se sem consultar um determinado poder pessoal.

Defender o direito do proprietário dos meios de produção e da força de trabalho em definir o uso destes meios de trabalho, na argumentação de Smith, não é o mesmo que isentá-lo de atender condicionantes no momento de utilizar estes meios de trabalho. No caso desses meios de trabalho, recordando-se do capítulo anterior, respeita-se seu uso, tal como determinado pelo seu detentor, desde que este uso não venha a afetar a expansão da riqueza.

No caso do indivíduo, o direito de **dispor de si** também é limitado. O indivíduo pode dispor de si conforme queira, desde que não afete a expansão da riqueza e o progresso. Dito de outra maneira, o indivíduo pode dispor de si, uma vez que não interdite a maioria dos outros indivíduos de disporem de si e, pela perseguição

⁷³ [WN, IV.v.b.16].

⁷⁴ Não constitui o objetivo desta dissertação a discussão do método e da teoria do conhecimento de Smith, tanto porque exigiria um exame do sistema teórico do autor, implicando uma revisão completa de seus escritos, quanto porque são temas que fogem ao objetivo deste trabalho. Por ora, é importante destacar que para se obter uma introdução à temática do método e da teoria do conhecimento em Smith é indispensável consultar o trabalho de Campbell & Skinner (1981).

de seus *próprios interesses*, facultarem o desenvolvimento do gênero humano através da expansão da riqueza proporcionado pela especialização em seus *talentos*. A passagem abaixo é amplamente conhecida justamente por explicitar este determinante do comportamento humano:

“No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. *Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (...)* Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho (...) a certeza de poder permutar toda a parte excedente da produção de seu próprio trabalho que ultrapasse seu consumo pessoal estimula cada pessoa a dedicar-se a uma ocupação específica, e a cultivar e aperfeiçoar todo e qualquer talento ou inclinação que possa ter por aquele tipo de ocupação ou negócio”. (SMITH, 1988a, p. 25-6 – grifo nosso)⁷⁵

Cada indivíduo depende dos demais para satisfazer suas carências e suas necessidades, conforme explicitado na passagem acima, sendo que, para atendê-las, é indispensável contentar primeiro as carências e as necessidades dos demais indivíduos. Essa relação de interdependência entre os indivíduos, na qual cada indivíduo é dependente dos demais embora seja independente para escolher como dispor de si⁷⁶ indica que as condições necessárias para que o sujeito persiga o *próprio interesse* não os credencia a uma atitude *egoísta*. Por outras palavras, se, para satisfazer suas carências e suas necessidades, os indivíduos devem considerar os interesses dos demais, não se pode qualificar o comportamento que permite a

⁷⁵ [WN, I.ii.2].

⁷⁶ Do contrário, seguindo a argumentação acima, o indivíduo não poderia se especializar no melhor de suas habilidades, pois somente ele determina o que é melhor para ele.

expansão da riqueza de *egoísta* porque desconsideraria a relação de interdependência entre os indivíduos. Ao revés, a *benevolência* também não seria a maneira mais adequada para descrever este comportamento, haja vista a autonomia do indivíduo perante os demais na determinação de suas escolhas.

O comportamento do indivíduo condizente com sua natureza, portanto, não é a benevolência, nem o egoísmo,⁷⁷ mas sim a busca pelo *próprio interesse* mediante a não interdição dos interesses da maioria dos demais indivíduos. Deve-se buscar atender os interesses dos demais sujeitos para poder atender seus próprios interesses. O avanço da riqueza fundada na troca, portanto, caminha em direção à construção de uma sociedade fundada nos interesses de cada indivíduo, tendo por **limite** que os interesses de um indivíduo não interditem os interesses da maioria dos demais indivíduos. O progresso, portanto, está baseado em um comportamento *prudente* por parte dos indivíduos.⁷⁸

Encontrado o limite para a ação dos indivíduos, ainda resta expor um ponto referente a este comportamento e também ligado ao final da seção antecedente. Descoberto o comportamento condizente com a expansão da riqueza – logo, com o progresso que o avanço da riqueza permite –, cabe a questão a seguir: qual a maneira de determinar que os indivíduos sigam o comportamento condizente com o progresso da riqueza e o progresso humano?

Na seção anterior, apresentou-se o “Governo” enquanto o sujeito que impediria os malefícios advindos da exteriorização da *propensão à troca* – em particular, o “embotamento indolente” da maioria dos indivíduos –, porém, não se trata somente de impedir os malefícios. O “Governo” também é o meio pelo qual as mudanças necessárias para adequar a sociedade ao *sistema de liberdade natural* serão feitas. O “Governo” teria por obrigação tanto criar as condições para que os sujeitos pudessem agir de acordo com o fundamento para o seu progresso – a *propensão à*

⁷⁷ Concluir a favor do egoísmo enquanto motor do progresso humano para Smith seria, no mínimo, destacar o trecho citado de todo o conjunto da *Riqueza das Nações*. Além do mais, chegar a esta conclusão vai de encontro à formação teórica de Smith e à sua inserção no debate teórico de sua época. Sobre o contexto e a inserção teórica de Smith, é pertinente consultar os trabalhos de Teichgraeber (1986) e Broadie (2003). Quanto ao deslocamento da referida passagem, consultar o trabalho de Mehta (2006).

⁷⁸ Este qualificativo é utilizado ao longo da obra, em especial nos capítulos II e III do livro segundo, nos quais Smith aborda as consequências da imprudência na administração do capital para o progresso da riqueza. No capítulo II, refere-se à emissão de letras de câmbio sem o menor respaldo em operações reais e, no capítulo III, refere-se ao emprego do trabalho para a produção de algo novo para a sociedade, ao invés de mera dissipação da riqueza existente. Sobre a importância do comportamento “prudente” no sistema teórico de Smith, ver Mehta (2006).

troca – quanto garantir que o progresso humano não venha a ser somente um progresso do gênero humano, o que implica a limitação do comportamento humano ao comportamento *prudente*:

“uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as *leis da justiça*, perfeita liberdade de ir em busca de seus próprios interesses, a seu modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade. Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, *o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma*, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade”. (SMITH, 1988b: 243 – grifo nosso)⁷⁹

As partes grifadas na passagem supracitada são indicativas de que cabe ao “Governo” garantir ao indivíduo o poder de agir de acordo com seus *próprios interesses*, sem o risco de intervenção de outro indivíduo. Uma das funções do “Governo”, por outras palavras, seria a de proteger o agir *prudente*, ao contrário de fomentar o agir *egoísta* ou a ação *benevolente*. A passagem a seguir constitui mais um exemplo, dentre os inúmeros existentes ao longo da obra⁸⁰, quanto à limitação que a expansão da riqueza, tal como concebida por Smith, impõe ao progresso, de modo a exigir do

⁷⁹ [WN, IV.ix.51].

⁸⁰ Considera-se a recuperação de inúmeras passagens sobre situações em que o governo deve restringir a ação do indivíduo uma fuga ao tema proposto para esta dissertação. De qualquer forma, recomenda-se a leitura do último livro da *Riqueza das Nações*, no qual o autor disserta sobre a função do “soberano” ou da “Comunidade” (também “Estado” ou “República”, a depender da tradução consultada; o termo em inglês é “*Commowealth*”). Para uma consulta pontual, recomendam-se as passagens de Smith (1988b, p. 164-168) sobre a promoção da liberdade comercial na relação entre metrópole e colônia.

homem um comportamento (moral) condizente com a reprodução da riqueza, sem a qual não é capaz de se desenvolver enquanto homem (i.e., progredir):

“Poder-se-á alegar que impedir particulares de receber em pagamento as notas promissórias de um banqueiro, qualquer soma que fosse, grande ou pequena, quando estão dispostos a aceitá-las, ou impedir um banqueiro de emitir tais notas quando todos os seus vizinhos desejam aceitá-las, é *uma violação manifesta da liberdade natural, que constitui o próprio objetivo da lei, não infringir, mas apoiar*. Sem dúvida, tais regulamentos podem ser considerados sob certo aspecto uma violação da liberdade natural. Todavia, *tais atos de liberdade natural de alguns poucos indivíduos, pelo fato de poderem representar um risco para a segurança de toda a sociedade, são e devem ser restringidos pelas leis de todos os governos; tanto dos países mais livres como dos mais despóticos. A obrigação de erguer muros refratários, visando a impedir a propagação de um incêndio, constitui uma violação da liberdade natural, exatamente do mesmo tipo dos regulamentos do comércio bancário aqui propostos*”. (SMITH, 1988a, p. 248)⁸¹

A passagem acima destacada é a conclusão da apreciação de Smith acerca da operação de “sacar e ressacar” letras de câmbio. Não é o objetivo do presente trabalho a investigação desta operação, mas se considera importante recuperar seu mecanismo básico de funcionamento para a devida compreensão do papel do “Governo” na imposição, ao conjunto dos indivíduos, do comportamento necessário à expansão da riqueza e ao progresso.

A forma mais simples desta operação, amplamente difundida em meados do século XVIII, segundo Smith, consistia em um acordo entre dois comerciantes, nos seguintes termos: um deles poderia emitir uma letra de câmbio contra o outro desde que garantisse a emissão de uma nova letra contra ele (com os juros e encargos acumulados da primeira letra) próximo ao vencimento da letra emitida por ele. Este acordo poderia ser repetido inúmeras vezes e, tal como relata Smith, essas letras eram emitidas e descontadas em diversos bancos até os juros acumulados representarem uma quantia tão elevada que os bancos passavam a negar o desconto destas letras. Por não efetuarem os descontos das novas letras emitidas, os comerciantes envolvidos nestes contratos não conseguiam honrar as dívidas com os demais comerciantes e com os bancos, ocasionando a falência de comerciantes e pondo os bancos em uma posição arriscada.⁸²

⁸¹ [WN, II.ii.94]

⁸² Para a descrição completa da operação, ver Smith (1988a, p. 236-248). [WN, II.ii, 65-94]

O principal problema da operação de “sacar e ressacar” reside em que as emissões de letras de câmbio não estavam baseadas em operações reais de compra e venda de mercadorias, o que limitava a obtenção dos recursos para o pagamento das letras emitidas aos resultados dos negócios em que o dinheiro obtido com o desconto das letras era aplicado. Por essas letras vencerem antes dos lucros dos negócios serem auferidos, tornava-se obrigatória a emissão de novas letras de câmbio para liquidar as letras vencidas, o que ampliava o total a ser pago e comprimia a margem de lucro possível no negócio no qual o dinheiro veio a ser aplicado. Diante do prazo de retorno do investimento e da margem de lucro comprimida, a negação do desconto de uma letra se tornava um grande empecilho para a continuidade das operações do comerciante que, ao falir, provocava a instabilidade de muitos outros comerciantes. Em outros termos, o agir pelo próprio interesse de alguns comerciantes, acabava por inviabilizar os interesses de outros indivíduos que não estavam envolvidos diretamente com a operação, mas eram afetados pelas falências ocasionadas por ela. Desta maneira, o desconto de letras de câmbio deveria ser rigorosamente controlado pelo “Governo” para que estas somente estivessem baseadas em operações reais de compra e venda de mercadorias.⁸³

A descrição da operação de “sacar e ressacar” e dos malefícios provocados por ela, além de exemplificar o papel do “Governo” na determinação do comportamento dos indivíduos, evidencia a subordinação da intervenção do “Governo” às causas fundamentais da expansão da riqueza e do progresso. A ação do governo, por essa razão, não é discricionária, mas pautada por estas causas fundamentais. Esta última ressalva é importante porque, por um lado, atenta para o embate ao qual Smith estava dedicado, a saber, superar as políticas do mercantilismo que traziam no seu interior certa concepção de “Governo” e de *comportamento humano*;⁸⁴ e, por outro lado, atenta para a função da intervenção do “Governo” na sociedade, de modo que o comportamento humano capaz de exteriorizar a *propensão à troca* da maneira adequada à expansão da riqueza e ao progresso é proporcionado pela ação do “Governo” na criação das condições de existência deste comportamento. O “Governo”,

⁸³ Campbell & Skinner (1981) chamam a atenção para esta defesa de Smith quanto à limitação da emissão de letras de câmbio somente à “real bill of exchange”.

⁸⁴ Além da descrição de Smith (1988b) quanto à política mercantilista, também é recomendável, a título de introdução ao pensamento mercantilista, a consulta às obras de Rubin (1989, p. 18-87) e de Hunt (1981, p. 41-59).

portanto, não é um elemento estranho ao argumento de Smith e sim o meio pelo qual o “fenômeno” da expansão da riqueza e do progresso é produzido e aperfeiçoado.

2.3. Conclusão do Capítulo

Através da apresentação das determinações primárias da exteriorização da *propensão à troca*, na *Riqueza das Nações*, mostrou-se o avanço do gênero humano enquanto resultado da expansão da riqueza. Da demonstração da relação entre a expansão da riqueza e o progresso, revelou-se a exigência de um *comportamento humano* condizente com o crescimento da riqueza, tal como compreendida por Smith, pois, sem este avanço, não se tem o tipo de progresso, do gênero humano e de seus singulares, defendido por Smith.

A expansão da riqueza possui duas condições imediatas: os indivíduos dispostos a produzir para trocar e em condições de trocar os produtos do seu trabalho; e a disponibilidade dos meios para a execução do trabalho. Entretanto, conforme a argumentação acima, a existência dos meios para a produção é garantida por meio da expansão da troca entre os indivíduos ou pela **permissão** à exteriorização da *propensão à troca* no maior número de exemplares da espécie humana. Limitar a troca, portanto, impede a existência dos meios para a produção, de modo que a expansão da riqueza tem, em última instância, uma condição imediata: a quantidade de indivíduos dispostos a produzir para trocar e em condições de trocar esta produção; em uma palavra, o *mercado*. Deve-se, por outras palavras, permitir a um número crescente de indivíduos produzirem com destino à troca e a trocarem conforme suas carências e suas necessidades para que os meios necessários à produção sejam obtidos e, por conseguinte, a riqueza venha a ser expandida.

À medida que a riqueza cresce, o gênero humano progride porque desenvolve seus *talentos*. A especialização do indivíduo no melhor de suas habilidades é proporcionada pela expansão da riqueza porque, com o crescimento dela, o indivíduo é habilitado a atender suas carências e suas necessidades por meio dos produtos do trabalho dos demais indivíduos, permitindo ao indivíduo dedicar todo o seu tempo ao aperfeiçoamento do seu talento; porém, o talento do indivíduo é chancelado como talento do gênero humano no momento em que o indivíduo consegue trocar o produto de seu trabalho pelos produtos dos trabalhos dos demais indivíduos. O progresso, conseqüentemente, advém da especialização do indivíduo no melhor de seus talentos proporcionada pela determinação de sua ação a partir das condições necessárias à

efetivação da troca – satisfação das carências e das necessidades dos demais indivíduos. Ao contrário do gênero humano progredir a partir das exigências de um único indivíduo (poder pessoal), os homens progridem satisfazendo as exigências de todos os indivíduos; a despeito destas exigências serem conhecidas somente no ato de troca, pois, o talento em que o indivíduo se especializou somente é reconhecido enquanto capaz de satisfazer carência e necessidades humanas, contribuindo para o crescimento da riqueza e, por conseguinte, para o progresso, quando o resultado desse talento (produtos do trabalho) é trocado pelo resultado do talento de outros indivíduos. Por essa razão, o processo produtivo assume um caráter particular a respeito do atendimento das carências e das necessidades dos indivíduos: são atendidas as carências e as necessidades que se consubstanciam em produtos do trabalho trocáveis. Caso existam carências e necessidades que não se enquadrem nessa particularidade, pode-se inferir que são consideradas não carências e não necessidades humanas.

Diante da relação de interdependência entre os indivíduos, a especialização de cada um no melhor de suas habilidades, a fim de satisfazer seus *próprios interesses*, exige um *comportamento humano* capaz de considerar a existência da dependência entre os indivíduos. Do contrário, a expansão das trocas conduziria ao avanço do gênero humano, ao permitir a manifestação dos diversos talentos dos indivíduos, em detrimento do desenvolvimento da maioria dos indivíduos, que teriam seus interesses interditados pelos interesses de uma minoria. A *prudência* na condução dos negócios – i.e., na expansão das trocas – garante a busca dos interesses de cada indivíduo sem que nenhum deles venha a interditar a busca pelos interesses dos demais indivíduos, o que proporciona a fruição dos talentos de cada indivíduo e a constituição dos meios para serem contidos os malefícios da expansão das trocas.

O *comportamento prudente* não diz respeito somente a reconhecer a dependência entre os indivíduos a partir do respeito mútuo à perseguição do *próprio interesse*. Este comportamento também expressa o desenvolvimento do gênero humano enquanto o desenvolvimento dos seus singulares, pois, a partir do momento em que os indivíduos se especializam reconhecendo os interesses dos demais e não somente os interesses de uma minoria, a insensibilização do indivíduo – resultante da

própria especialização – será contornada pela própria adequação ao *comportamento prudente*. A adequação ao *comportamento prudente*, contudo, não advém naturalmente. Ela é levada a cabo pela intervenção do “Governo” que, para manter as condições imprescindíveis à exteriorização da *propensão à troca* e evitar seus malefícios, estabelece para os indivíduos o *comportamento prudente*. Este comportamento, ao proporcionar o avanço das trocas e, por conseguinte, a expansão da riqueza, faculta o progresso, do gênero humano e de seus singulares. Em última instância, na *Riqueza das Nações*, a riqueza condiciona a maneira pela qual se dará o progresso.

Considerações Finais

A dissertação apresentada procurou perpassar por duas questões. Por que a sociedade capitalista, a despeito do reconhecimento de sua historicidade, aparece como se fosse natural? Por que, apesar do brutal acúmulo de forças produtivas, a humanidade é incapaz de prover o mínimo para todos os seus singulares?

Evidentemente, essas são questões transcendentais à proposta de uma dissertação de mestrado. E, justamente por serem questões transcendentais, viabilizam a transformação da presente dissertação em um instrumento para problematizar essas questões ou, dito de outra forma, introduzir o estudo delas. Ser um instrumento ou uma introdução ao estudo destas questões delimita, por sua vez, a capacidade explanatória da presente dissertação à indicação dos caminhos possíveis para a resposta a estas questões.

Reconhecidos os limites do presente trabalho, o estudo da *Riqueza das Nações* permitiu um primeiro tratamento destas questões uma vez que proporcionou a investigação da maneira como conceber a reprodução das condições de vida e o progresso. Deste estudo, que compreende a síntese – acima conduzida – acerca da concepção de riqueza e sua relação com o progresso, emergiram um conjunto de questões referentes à maneira pela qual Smith, na *Riqueza das Nações*, compreende a riqueza e, a partir desta compreensão, veicula uma determinada concepção de progresso. Nesta parte final da dissertação, portanto, serão expostas e problematizadas, ainda que de maneira introdutória, essas questões. Compreende-se, assim, a indicação dos elementos para se pensar uma forma de compreender a riqueza na sociedade capitalista.

A fim de apresentar as referidas questões, cabe recordar, brevemente, as principais conclusões do exame da *Riqueza das Nações*, acima efetuado. Deve-se, em primeiro lugar, ter em mente que a *divisão do trabalho*, a *propriedade privada* e a *troca* **não são conceitos esparsos, mas categorias articuladas entre si e constitutivas do cerne da concepção de riqueza** de Smith.

O aumento das forças produtivas do trabalho é proporcionado pela *divisão do trabalho* porque a fragmentação do trabalho permite ao indivíduo se especializar na melhor de suas habilidades. A especialização do indivíduo em um trabalho particular

depende, por um lado, da capacidade do indivíduo de reunir as condições para se manter durante (e reproduzir) o processo produtivo – até porque, todo o seu tempo estará dedicado a um único trabalho, o que impede a produção para sua subsistência – e, por outro lado, da possibilidade de alienar o resultado de sua produção, de modo a satisfazer suas carências e suas necessidades. A *divisão do trabalho*, por conseguinte, ocorre quando há a *propriedade privada* dos meios de produção e do resultado da produção. Somente assim o indivíduo está habilitado a trocar o fruto de seu talento para acessar os resultados dos talentos dos demais indivíduos, de maneira a satisfazer suas carências e suas necessidades. A *divisão do trabalho* e a *propriedade privada*, conseqüentemente, existem mediante uma condição: os indivíduos somente acumulam privadamente e, por conseguinte, parcelam o trabalho caso acessem o resultado do trabalho dos demais através da *troca*. Ampliar as forças produtivas do trabalho significa ampliar a quantidade de produtos sob a propriedade dos e passíveis de alienação pelos indivíduos; ou seja, aumenta a quantidade de produtos do trabalho destinados à troca. Por ser o aumento das forças produtivas do trabalho a fonte da riqueza, depreende-se, do exame das categorias que explicam o aumento das forças produtivas, que **a riqueza são produtos do trabalho destinados à troca**.

O exame da relação entre as categorias *divisão do trabalho*, *propriedade privada* e *troca*, expõe a concepção de riqueza de Smith, porém, somente este exame não explica o fundamento desta concepção. A busca pelo princípio que fundamenta a concepção de riqueza de Smith, tal como formulada na *Riqueza das Nações*, conduziu a exposição à procura da origem e da finalidade da riqueza para o autor. A finalidade da produção, para Smith, é a satisfação das carências e das necessidades dos indivíduos (*consumo imediato*), sendo que esse destino é garantido por um atributo natural aos homens: a *propensão à troca*. É por meio da exteriorização desta propensão natural aos seres humanos que a riqueza vem a surgir, de modo que **a riqueza tem por fundamento um atributo natural ao ser humano, novamente, a propensão à troca**.

A *propensão à troca* não é somente o fundamento da origem da riqueza, também explicita a maneira pela qual a riqueza será expandida, pois, para elevá-la, deve-se ampliar a quantidade de indivíduos dispostos a produzir e em condições de trocar o resultado de sua produção (*mercado*). Por outras palavras, o crescimento da

riqueza depende do aumento do número de indivíduos que estejam habilitados a exteriorizar seu atributo natural, a *propensão à troca*.

Ser a exteriorização da *propensão à troca* pelo maior número de exemplares da espécie humana a condição fundamental para a riqueza surgir e crescer confere à categoria *troca* a posição de determinante, tanto do modo pelo qual os homens atendem suas carências e suas necessidades quanto do meio pelo qual ocorrem as relações entre os homens. Os indivíduos passam, através da *troca*, de seres isolados e independentes – cuja satisfação de carência e de necessidades ocorre pelo próprio trabalho, tornando acidental a relação com outros indivíduos – à condição de indivíduos dependentes dos outros indivíduos, embora isolados deles.

Por meio da *troca*, os indivíduos satisfazem suas carência e suas necessidades porque acessam o trabalho dos demais indivíduos; porém, para acessá-los, depende do reconhecimento do resultado do seu trabalho enquanto um meio de satisfação das carências e das necessidades dos demais indivíduos. Este reconhecimento ocorre no momento da troca, de modo que a relação com os demais indivíduos se dá através da troca e é determinada pelas condições para a efetivação da troca. Condições estas, cabe frisar, **externas** aos próprios indivíduos. **A troca, portanto, é a condição prioritária para a existência da sociedade**, de modo que o homem existe enquanto ser social no exato momento em que a *propensão à troca* é exteriorizada por um conjunto mínimo de exemplares da espécie humana.

Depreende-se do parágrafo acima que a exteriorização da *propensão à troca* em um conjunto crescente de exemplares da espécie humana não somente amplia as forças produtivas do trabalho – ao permitir a *divisão do trabalho* e a *propriedade privada* (e seu *acúmulo*) –, como também amplia a sociedade, permitindo ao gênero humano desenvolver suas potencialidades através da transformação de um número crescente de seres orgânicos em seres sociais que se especializam no melhor de suas habilidades (*talentos*), fornecendo-a aos demais indivíduos em troca dos seus talentos. Em Smith, por essa razão, o progresso se assenta na expansão da riqueza. Entretanto, o progresso estar fundado na expansão da riqueza não significa que o gênero humano e seus singulares se desenvolvem tão somente pelo crescimento da riqueza.

A exteriorização da *propensão à troca* pelos homens permite o desenvolvimento do gênero humano, já que cada sujeito pode usufruir da especialização de cada indivíduo em seus talentos; porém, tal especialização tem por consequência a insensibilização (embotamento) da maioria dos indivíduos, haja vista que a dedicação a uma única atividade encurta as possibilidades de pensamento do indivíduo, reduzindo sua sensibilidade para com outros momentos da vida que não o seu trabalho específico. Para evitar que o progresso venha a se traduzir em um desenvolvimento do gênero humano em detrimento do desenvolvimento da maioria dos singulares deste gênero, Smith recorre à intervenção do “Governo”.

É através de uma entidade externa ao fundamento da expansão da riqueza e, por facultar o seu crescimento, do progresso, que a sociedade progredirá; pois, o “Governo” deve criar as condições para a exteriorização da *propensão à troca*, de uma maneira que tal exteriorização não afete o desenvolvimento dos singulares e do gênero humano. Do contrário, o progresso será o desenvolvimento do gênero humano em detrimento dos seus singulares. A ação do “Governo”, por essa razão, é determinada por esta forma de exteriorização da *propensão à troca* que se revela através da promoção do *comportamento prudente*, i.e., cabe ao “Governo” resguardar a cada indivíduo a possibilidade de escolher, por si só, a maneira de dispor de si e de seus meios de trabalho, desde que as suas escolhas não interdicte as escolhas da maioria dos demais indivíduos. Trata-se, em última instância, de uma intervenção com o intuito de adequar o comportamento dos singulares do gênero humano a um modo de agir capaz de proporcionar a expansão da riqueza e o progresso – do gênero e de seus singulares.

Observa-se que a explicação para o aumento das forças produtivas do trabalho e, por conseguinte, o aumento da riqueza – produtos do trabalho destinados à troca – ocorre por meio da articulação da *divisão do trabalho* à *propriedade privada* e à *troca*. O aumento da riqueza, por sua vez, traz consigo a capacidade dos homens se organizarem em sociedade, passando de *seres orgânicos* à condição de *seres sociais*. Entretanto, **para esta organização em sociedade progredir de uma maneira que tanto o gênero humano quanto os seus singulares se desenvolvam, não basta ampliar a riqueza; deve-se ampliá-la de um modo que respeite suas condições de**

origem e de crescimento, bem como o desenvolvimento dos singulares do gênero humano, à medida que este gênero se desenvolve.

Não é condição suficiente para o progresso a exteriorização da *propensão à troca*, ela garante as condições para o progresso ao proporcionar o crescimento da riqueza; porém, a conversão da expansão da riqueza em progresso depende de um comportamento, por parte dos indivíduos, que seja capaz de conter os malefícios da exteriorização da *propensão à troca* (*comportamento prudente*). Tal modo de agir, por sua vez, não emana naturalmente dos sujeitos, e sim de uma “entidade” capaz de adequar o comportamento humano ao comportamento necessário à expansão da riqueza e o progresso: o “Governo”.

Retomaram-se, nas linhas acima, as principais conclusões do exame da *Riqueza das Nações*, a partir da busca pela maneira conforme o autor compreende a riqueza e, através desta concepção, enuncia uma determinada forma de progresso. As referidas conclusões, destacadas em negrito, podem ser sintetizadas nos seguintes termos: o desenvolvimento do humano (progresso) está fundado no crescimento da riqueza – compreendida enquanto produtos do trabalho destinados à *troca* – sendo que para o progresso se traduzir em um desenvolvimento do gênero humano e de seus singulares, o “Governo” deve resguardar a exteriorização da *propensão à troca* a todos os indivíduos, desde que o modo de exteriorizar esta propensão por parte de um indivíduo não afete a maneira dos demais de exteriorizá-la. Em última instância, o *comportamento prudente*, a ação do “Governo”, o crescimento da riqueza (via *divisão do trabalho, propriedade privada* (e seu *acúmulo*) e *troca*), o progresso e o próprio indivíduo, são resultantes de um **pressuposto** quanto à natureza humana: a *propensão à troca*.

Smith, contudo, não demonstrou a origem deste pressuposto, de modo que esta afirmação quanto à *causa fundamental* geradora da riqueza, de sua expansão e, por causa deste último, do progresso é, em verdade, um **postulado** a respeito de uma característica relativa aos homens que, quando exteriorizada, amplia as forças produtivas do trabalho, habilitando-os a satisfazerem crescentemente suas carências e suas necessidades e, por conseguinte, proporciona a eles a possibilidade de se desenvolverem enquanto gênero humano e, respeitados os devidos limites à

exteriorização, singulares. A primeira questão – e, por assim dizer, originária das demais questões referentes ao exame de *Riqueza das Nações* – dirige-se a esta forma de Smith fundamentar sua concepção de riqueza.

Por ser a compreensão de Smith sobre a riqueza baseada em um postulado quanto a um aspecto da natureza humana relativo à reprodução das condições materiais necessárias à vida social, formula-se a primeira questão para se pensar o modo de compreender a riqueza capitalista da seguinte maneira: qual é o limite mais imediato ao conhecimento da riqueza de um determinado modo de produção que um postulado sobre os homens pode provocar? A fim de problematizar esta questão, ainda que de maneira breve, é pertinente refletir sobre o conteúdo do próprio postulado formulado por Smith.

Afirmar ser a ação humana baseada na *propensão à troca* é sinônimo de condicionar esta ação a uma determinada *inclinação* ou *tendência à troca*. Resta saber o que Smith compreende por “troca”, caso se deseje saber qual é o conteúdo do postulado.

A partir da exposição efetuada nos dois capítulos dessa dissertação, seria possível pensar na existência, para Smith, da identidade entre os termos “troca”, “intercâmbio” e “permuta”, de modo que “troca” apresentaria um sentido amplo – caracterizaria tanto relações comerciais quanto, por exemplo, relações culturais, entre os homens. Portanto, seria possível compreender a troca enquanto o intercâmbio de atividades humanas – materiais ou não.

Compreende-se, entretanto, que a possibilidade de interpretar o termo “troca” da maneira exposta no parágrafo anterior foi eliminada ao longo do trabalho, uma vez que se abordou a relação de dependência emergente com a “troca” e mostrou-se a expansão do comércio ultramarino enquanto expressão da expansão das “trocas” (e sua chegada ao campo). A eliminação do atraso posto pela estrutura socioeconômica anterior – que, como exposto acima, não estava fundada na *propensão à troca*, mas no *poder pessoal* – ocorre com a emergência de uma nova estrutura social baseada na *propensão à troca*. Trata-se, por essa razão, de “troca” no sentido de negócio, comércio, tráfico, e não intercâmbio. Até porque, a restrição imposta pela estrutura socioeconômica anterior à sociedade comercial, segundo Smith, restringiu as relações

comerciais, não as demais formas de relação entre os homens – do contrário, seria incompreensível a imposição de um *poder pessoal*.⁸⁵

O fundamento da compreensão de riqueza de Smith e o encadeamento lógico desdobrado dele podem ser expressos, desvendado o conteúdo do termo “troca”, nas seguintes palavras: é a exteriorização da *propensão ao negócio, ao comércio, ao tráfico, à troca* que permite a *divisão do trabalho* e, por meio dos encadeamentos expostos neste trabalho, o aumento da riqueza – produtos do trabalho destinados ao negócio, ao comércio, ao tráfico, à troca – que, por sua vez, fundamenta o progresso e, através do *comportamento prudente* – aquele condizente com a exteriorização da *propensão ao negócio, ao comércio, ao tráfico, à troca* –, permite o desenvolvimento tanto do gênero humano quanto de seus singulares.

A natureza humana, cujo postulado referente ao fundamento da reprodução material é a *propensão à “troca”*, representa uma natureza própria a um modo de produção particular, no qual os sujeitos se relacionam por meio do comércio, do tráfico, do negócio, da troca. Esta natureza humana, conseqüentemente, é um postulado referente a uma organização social específica. Caso se admita válida a passagem do *ser orgânico* para o *ser social* – momento no qual é possível falar de gênero humano, logo, de natureza humana – através da “troca”; trata-se, em última instância, de uma passagem específica a um determinado modo de produção. Representa, em outras palavras, o surgimento de um homem específico a um modo de produção no qual os sujeitos estão em sociedade somente quando são capazes de trocar os produtos do seu trabalho, i.e, relacionam-se por meio dos produtos do seu trabalho. A **particularidade** das relações sociais fundadas na troca é encoberta pelo postulado da *propensão à “troca”* e, a fim de assinalar a particularidade destas relações, é importante destacar a passagem de Marx (2011: 104-5), na qual o autor fixa o caráter particular das relações sociais fundadas na “troca”:

⁸⁵ A diferença entre “troca”, no sentido de comércio, negócio, tráfico, e “troca”, com o significado de intercâmbio não é somente uma questão de semântica, mas diz respeito à forma como as relações entre os homens em uma determinada época são compreendidas. Se tais relações são apreendidas e conceituadas como naturais, a diferença entre os termos não constitui um problema. Caso estas relações sejam tratadas enquanto um momento (um particular) do desenvolvimento percorrido (e a percorrer) do gênero humano, então a diferença entre os termos é bastante significativa. Destaca-se, no que diz respeito à segunda forma de compreender as relações entre os homens, o cuidado de Marx com estes termos na *A Ideologia Alemã*, conforme lembra o tradutor da referida obra para o português. (MARX & ENGELS, 1984, p. 28 – nota 1)

“A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros (...) Essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral. (...) A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no valor de troca, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devem uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o valor de troca, ou este último por si isolado, individualizado, dinheiro. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, é o valor de troca, i.e., um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada”.

De acordo com a passagem acima, a dependência pessoal e multilateral entre os diversos produtores que produzem para a “troca” faz cada indivíduo depender, por um lado, da produção dos demais e, por outro, acessar a produção dos demais transformando sua produção em necessidade de consumo para os demais produtores; esta efetiva dependência recíproca se expressa no imperativo da “troca” e do *valor de troca* para a reprodução social. Descreveu-se, nos capítulos acima, justamente essa relação de dependência entre os indivíduos, porém, diante do postulado adotado por Smith, tais relações aparecem como próprias a todos os homens – o modo de produção influencia somente na maior ou menor exteriorização da natureza humana, não determina esta natureza.

O *ser social* do qual trata Smith é, diante da argumentação acima, o *ser social* possível e necessário à sociedade comercial, pois se relaciona com os demais por meio da troca. Depreende-se, desta concepção de *ser social*, que a relação entre os homens seria estabelecida somente por meio do comércio dos produtos de seu trabalho, de modo que a existência do gênero humano e a realização de suas potencialidades estariam restritas à sociedade comercial. O progresso, por conseguinte, seria o progresso possível na “sociedade comercial”.

O exame do conteúdo da *propensão à “troca”* revela, portanto, que a adoção deste postulado quanto a uma característica geral ao ser humano tornou absoluta uma característica relativa a um determinado modo de produção, no qual os sujeitos se relacionam por meio da “troca”. Em outras palavras, o postulado formulado por Smith hipostasiou a natureza humana.

Do ponto de vista da compreensão da riqueza, a hipóstase da natureza humana causada pela adoção deste postulado interdita a investigação da particularidade da riqueza de determinada sociedade e, por conseguinte, a possibilidade de se pensar outra maneira de os homens reproduzirem (e ampliarem) a vida fica restrita às relações possíveis a partir do postulado. Se a *propensão à “troca”* funda a riqueza correspondente aos homens, pensar outra forma de riqueza que não tenha esta propensão como fundamento seria, no mínimo, escapar aos próprios homens, já que fundamentaria suas relações em algo avesso a sua natureza. E, restrita a riqueza, também fica restrito o progresso, cujo movimento não pode ir de encontro à reprodução das condições de existência do homem.

O exame do conteúdo do postulado de Smith permite negá-lo enquanto um meio para compreender a riqueza na sociedade capitalista, uma vez que inviabiliza o entendimento de sua particularidade em relação às condições gerais para a reprodução da vida material. Chega-se, no limite, a entrelaçar as condições particulares ao modo de produção com as condições gerais de reprodução da vida, o que encobre as relações do modo de produção em questão.

A impossibilidade de refletir sobre a particularidade da riqueza inviabiliza o conteúdo do postulado, todavia, não interdita o ato de postular. Proceder a esta interdição, não obstante, foge ao escopo do presente trabalho, embora seja necessário tecer pelo menos um breve comentário sobre a interdição para indicar uma forma de efetuar-la, no futuro.

Caso se pretenda compreender a riqueza de determinado modo de produção, deve-se começar por separar o princípio formador do *ser social* do comportamento possível ao *ser social* em determinado modo de produção, de maneira que o princípio formador do *ser social* não venha a ser algo particular às relações sociais do modo de produção em questão. Até porque, elevar a particularidade à

condição de atributo geral constituiria pôr a reprodução de determinadas condições de vida no patamar de condições inalienáveis para a reprodução da existência humana em qualquer relação social.

O ato de postular funda a ação humana – que reproduz e amplia as condições de existência do homem, de modo a permitir a realização de suas potencialidades – em algo transcendente à relação do homem com a natureza e com os demais homens, ao invés de a ação humana estar assentada nas determinações necessárias para que o homem se relacione com a natureza e com os demais homens. Em poucas palavras, a *propensão à “troca”* aparenta ser uma natureza que “paira” sobre os homens, independente de suas próprias determinações no momento de se relacionar com os seres orgânicos e inorgânicos (natureza), e entre eles. Neste particular, as palavras de Lukács (2007, p. 230) possibilitam refletir sobre este problema:

O trabalho é constituído por posições teleológicas que, em cada caso concreto, põem em funcionamento séries causais. Basta essa simples constatação para eliminar preconceitos ontológicos milenares. Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral, a *teleologia* é um modo de pôr – uma posição sempre realizada por uma consciência – que, embora as guiando em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais. As filosofias anteriores, não reconhecendo a posição teleológica como *particularidade do ser social*, eram obrigadas a inventar, por um lado, um *sujeito transcendente*, e, por outro, uma *natureza especial* onde as correlações atuavam de modo teleológico, com a finalidade de atribuir à natureza e à sociedade tendências de desenvolvimento de tipo teleológico. Decisivo aqui é compreender que se está diante de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe o todo em movimento é certamente de origem teleológica, mas a existência real delas – e não importa se permaneceram isoladas ou foram inseridas num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico. (grifo nosso)

Na direção oposta à fundamentação da ação humana, em relação à reprodução das condições materiais necessárias à vida social, em uma *natureza especial* ou *sujeitos transcendentais*, Lukács, na passagem acima, afirma estar nos determinantes necessários à existência da própria ação humana, na natureza e na sociedade, a explicação para a existência do *ser social*. Em particular, o próprio

reconhecimento de que a consciência dota a ação humana de finalidade, diferencia o homem, na qualidade de *ser social*, dos demais *seres orgânicos*.

Sob a ótica do problema aqui abordado, o *trabalho* apresentar uma forma de *divisão*, assim como seu resultado ter uma determinada forma de apropriação e de mediação, explicaria a finalidade da ação humana ter uma *propensão* em determinado modo de produção que não existe em outro. Em outras palavras, o conjunto de valores (ética) que guia o comportamento (moral) do *ser social* é particular ao modo de produção subjacente à sociedade, a despeito do fundamento do *ser social* residir no estabelecimento de finalidades a partir da tomada de consciência com respeito à determinada ação. As condições para a existência do ser social, neste caso, delimitam a existência da sociedade, mas não delimitam o tipo de sociedade, sua riqueza e seu progresso e o desenvolvimento dos seus singulares.

Mais do que marcar a particularidade de cada modo de produção, esta sugestão de método marca a particularidade das relações entre os homens e deles com a natureza a partir do próprio homem e dos momentos primordiais – para dizer com Lukács, *genéticos*⁸⁶ – necessários a sua existência na qualidade de *ser social*. O que acaba por restringir a compreensão da riqueza em determinado modo de produção às determinações para a existência do próprio homem e, a partir delas, efetuar o exame das determinações da relação sociais em seus diversos estágios. Pergunta-se, no limite, como são estabelecidos os valores e o comportamento para a efetivação destes valores, já que o homem, na qualidade de *ser social*, põe valores?⁸⁷

Se se tomar a análise da *Riqueza das Nações* acima efetuada por meio da crítica de Lukács, observa-se que a *propensão à “troca”* foi elevada à condição de valor universal – consubstanciada na *natureza especial* e no *sujeito transcendente* –, cujo comportamento condizente com sua efetivação também é universal. E, diante dessa universalização da *propensão à “troca”* e das condições para sua exteriorização, elevou-se esta característica à condição de princípio formador do *ser social*. Consequentemente, as organizações sociais que escapam a essa universalidade e a

⁸⁶ Antes de qualquer confusão com a biologia, deve-se salientar que se trata da expressão utilizada por Lukács (1969, p. 13) para se referir ao método marxiano.

⁸⁷ Salienta-se que a expressão “valores” é utilizada em sentido amplo, não se restringindo aos valores econômicos que são valores, porém, de um tipo particular. Ademais, não se pode confundir “valores”, sejam econômicos ou não, com valor de troca (ou “valor”), cuja existência está limitada a uma organização social na qual a relação entre os homens é mediada pelos produtos de seus respectivos trabalhos.

esse princípio impedem o desenvolvimento do humano, uma vez que não seguem o valor universal e o comportamento universal capazes de estabelecerem o gênero humano, permitindo seu desenvolvimento. Essas organizações sociais, portanto, seriam capazes de desenvolver as potencialidades do gênero humano conforme seus indivíduos rompem os limites à exteriorização da propensão à troca.

Do breve comentário a partir de Lukács, deve-se reter que não se trata de afirmar a inexistência de condições gerais à existência do *ser social* que, por serem gerais, transcendem aos modos de produção. Até porque, essas condições gerais são pontos de partida destes modos de produção, pois, ao delimitarem os determinantes para a existência do humano, facultam a caracterização das organizações sociais em “modos de produção”. Pretende-se reforçar, por conseguinte, que a diferença entre os diversos modos de produção não pode residir nestas condições gerais de existência do humano, mas sim nas particularidades constitutivas do humano em cada modo de produção:

“existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais, mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção”. (MARX, 1982, p. 6)

Além do mais, recorrendo-se novamente a indicação de Lukács acima apresentada, deve-se atentar que essas características gerais, iguais em qualquer modo de produção, são transcendentais **no** mundo e não **ao** mundo. Smith escapa deste equívoco, porém, o postulado do autor constitui uma generalização de uma situação restrita a determinado modo de produção - i.e., uma característica não transcendente é elevada à condição de característica transcendente.

A despeito da impossibilidade de efetuar o desenvolvimento necessário à interdição do postulado enquanto meio para compreender a riqueza, negou-se o conteúdo do postulado de Smith e, em princípio, condicionou o ato de postular a um estudo mais aprofundado sobre o próprio ato de postular. A compreensão da riqueza, por fim, não pode estar fundada na *propensão à “troca”*, pois emaranha as particularidades da riqueza desta sociedade com os momentos necessários à reprodução da vida inescapáveis em qualquer sociedade, de modo a, por exemplo, igualar os produtos do trabalho aos produtos do trabalho destinados à “troca”, a *posse*

de meios de produção à *propriedade privada*, a atividade humana ao *trabalho*, os meios de produção ao *capital*, etc. Tal emaranhado tem seu ápice na afirmação de que a “*troca*” está subordinada à satisfação de carência e de necessidades humanas, quando, em verdade, a “*troca*” subordina a satisfação de carências e de necessidades humanas. Pois, o indivíduo isolado que produz para a troca tem de satisfazer as carências e as necessidades dos demais, em duas palavras, as condições de troca, de modo que as carências e as necessidades humanas que não satisfazem essas condições não serão atendidas.

A simples reflexão sobre o ato de troca, efetuada no parágrafo anterior, expõe outro aspecto da riqueza, quando concebida a partir do postulado de Smith: a prioridade na expansão da riqueza é a quantidade. O aspecto qualitativo da riqueza, do ponto de vista do gênero humano, comparece enquanto um momento secundário da expansão da quantidade de produtos do trabalho destinados à troca. Por outras palavras, a reflexão sobre a qualidade da riqueza está condicionada à sua expansão quantitativa, na forma de produtos do trabalho destinados à troca, de modo que a discussão sobre a qualidade da riqueza se restringe às qualidades necessárias à efetivação da troca. Os limites, portanto, para a expansão da riqueza são balizados pelos limites à expansão das trocas, ao contrário de serem determinados pelas carências e pelas necessidades humanas.

Para liquidar o postulado enquanto meio para compreender a riqueza não basta liquidar seu conteúdo, conforme exposto acima, porque a crítica ao conteúdo do postulado não inviabiliza o ato de postular. Para liquidar o postulado enquanto ponto de partida da investigação sobre a riqueza deve-se, portanto, efetuar a crítica ao postulado enquanto método de investigação. No caso de Smith, a riqueza é concebida através de um postulado referente ao ser social, portanto, além da crítica ao conteúdo do postulado, deve-se proceder a investigação das limitações que o ato de postular confere a compreensão das determinações concretas do ser social. Em outras palavras, busca-se responder a seguinte questão: quais são as determinações concretas da origem e do desenvolvimento do ser social?

Compreende-se que não é possível refutar o postulado enquanto meio de compreensão da riqueza sem responder esta questão. Entretanto, a busca pela

resposta constituirá o objetivo de outros estudos. Por ora, deve-se assinalar, ainda que de maneira breve, as demais questões referentes à concepção de riqueza de Smith que podem indicar meios para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista.

Se o *trabalho*, para Smith, é a fonte primeira e a medida da riqueza, pode-se questionar se a própria categoria *trabalho* não é própria à “sociedade comercial” da qual trata Smith. Em outras palavras, não seria uma relação social particular que faz do trabalho fonte e medida da riqueza? Não seria o *trabalho*, enquanto categoria explicativa, mutável ao longo do tempo? Evidentemente, o trabalho muda no seu aspecto concreto, mas seu conteúdo ou a definição de sua finalidade não seria particular aos modos de produção?

As questões acima referentes à categoria trabalho possuem um denominador comum: desnudar esta categoria a partir da particularidade do modo de produção. Contudo, voltar à atenção para a particularidade, surgida ao se problematizar o postulado da *propensão à troca*, não significa eliminar a generalidade. Para evitar esta eliminação, faz-se necessário perseguir a resposta a outra pergunta. Qual a relação entre particular e universal a existência da particularidade eliminaria a possibilidade de se pensar a totalidade e, inclusive, apreendê-la? Esta mesma pergunta pode ser expressa em outros termos, dessa vez, diretamente relacionados à compreensão da riqueza: em que medida, refletir sobre a relação entre particular e universal é fundamental para investigar a riqueza no capitalismo?

Por fim, ao problematizar o postulado formulado por Smith, chegou-se às questões referentes à particularidade das categorias utilizadas pelo autor e, a partir delas, verificou-se a necessidade de aprofundar o estudo da particularidade e sua relação com o universal. Além desse estudo, o presente trabalho também firma a necessidade de investigar as consequências do ato de postular enquanto meio para a compreensão do objeto de pesquisa aqui proposto: a riqueza e o progresso permitido por ela. Somente com a negativa diante do ato de postular e a compreensão da relação entre particular e universal, será possível defender que a riqueza, na qualidade de produtos do trabalho, é particular a determinado modo de produção. Por essa razão, as questões aqui enumeradas e as direções de estudo instigadas por elas serão objeto de trabalhos futuros.

Referências

- BIANCHI, Ana Maria. **A Pré-História da Economia**: De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism**: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences. London: Routledge, 1998.
- BROADIE, Alexander (Editor). **The Cambridge Companion to The Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CAMPBELL, Roy H. & SKINNER, Andrew S.. *General Introduction*. In: **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Fund, 1981. (p. 1-61)
- CANNAN, Edwin (1904). *Introdução*. In: **A Riqueza das Nações**: investigação obre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I.
- CALDWELL, B. **Beyond Positivism**: Economic Methodology in the Twentieth Century. London: George Allen & Unwin, 1982.
- CERQUEIRA, H.. *Adam Smith e seu contexto: o Iluminismo escocês*. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 26, p. 1-28, 2006.
- DUAYER, Mário; MEDEIROS, João L.; PAINCERA, Juan P. *A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica*. In: Estudos Econômicos, São Paulo, v.15, n.4, p.723-783, out.-dez.2001.
- DUAYER, Mário. *Anti-Realismo e Absolutas Crenças Relativas*. In: Margem Esquerda: ensaios marxistas, n. 8, 109-30, 2006.
- _____. *Mercadoria e Trabalho Estranhado: Marx e a Crítica do Trabalho no Capitalism*. In: IV Coloquio Internacional “Teoría Crítica y Marxismo Occidental”: El Pensamiento Tradido de György Lukács. Facultad de Filosofía y Letras (Universidad de Buenos Aires), Revista Herramienta, Buenos Aires, 23-24 de Agosto de 2010.(a)
- EVENSKY, Jerry. **Adam Smith's moral philosophy**: a historical and contemporary perspective on markets, law, ethics, and culture. Cambridge, England; New York, N.Y.: Cambridge Univ. Press, 2005.
- FOLEY, Duncan K. **Adam's fallacy**: a guide to economic theology. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2006.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009. (Versão Eletrônica)
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- LISBOA, M. “A Miséria da Crítica Heterodoxa – Primeira Parte: Sobre as Críticas”. In: Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 2, p. 5-66, Jul-Dez 1997.
- _____. “A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica”. In: Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 3, p. 113-151, Jan-Jun 1998.
- LUKÁCS (1967). **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. (1968). “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In: **O Jovem Marx e Outros Escritos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

- _____. (1971). **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. (1971). **Ontologia del Ser Social**: El Trabajo. Rivadavia: Herramienta, 2004.
- MARX, Karl (1844). **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. (1857/58). **Grundrisse**: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. (1857/58). *Introdução: para a crítica da economia política*. In: **Para Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 3-21
- _____. (1861/63). **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de O Capital). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. (1845/46). “*Teses sobre Feuerbach*”. In: **A Ideologia Alemã**: crítica a mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007. (p. 533-9)
- MARX, K. & ENGELS, F. (1845/46). **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MEHTA, Pratap Bhanu. *Self-Interest and Other Interests*. In.: **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2006. (p. 246-69)
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.
- MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de filosofia**. 2. ed. Madrid: Alianza, 1980. v. 2
- POCOCK, J. G. A.. *Adam Smith and History*. In: **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2006. (p. 270-87)
- RANIERI, Jesus. Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 11-17
- RUBIN, Isaac Ilych. **A History of Economic Thought**. London: Pluto Press 1989.
- SKINNER, Andrew S.. *Adam Smith and the Role of the State: education as a public service*. In: COPLEY, Stephen & SUTHERLAND, Kathryn. **Adam Smith's wealth of nations**: new interdisciplinary essays. Manchester: Manchester Univ., 1995. (p. 70-96)
- SMITH, Adam (1776). **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume I (a)
- _____. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume II (b)
- _____. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume III (c)
- _____. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Fund, 1981. [Reimpressão em fac-símile do volume II de “The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford University Press, 1979].
- TEICHGRAEBER, Richard F. **Free trade and moral philosophy**: rethinking the sources of Adam Smith's wealth of nations. Durban: Duke Univ., 1986.